

"A Agenda 21 de Pelotas é o conjunto de diretrizes que assegura o desenvolvimento sustentável, contemplando ações na esfera econômica, na inclusão social e na proteção do ambiente próprio ou compartilhado com seus vizinhos imediatos ou remotos. É também um instrumento educativo que garante o debate sócio-ambiental de todas as questões atinentes

Construindo a cidadania ambiental

# Construindo



## a Cidadania Ambiental

Realização



Apoio



Agenda XXI de Pelotas



***AGENDA 21 DE PELOTAS***  
***Construindo a Cidadania Ambiental***

***Pelotas - 2004***

**“Se as coisas são inatingíveis...ora!  
não é motivo para não querê-las  
que triste os caminhos, se não fora  
a presença distante das estrelas...”**

**Mário Quintana**

## **COMISSÃO EXECUTIVA AGENDA 21 NA SQA**

Alexandre Melo (Secretário Municipal de Qualidade Ambiental)  
Vanderley Pimentel (Diretor de Educação Ambiental)  
Ricardo Severo (Relações Comunitárias)  
Neuza da Silva (Agenda 21)  
Crisna Bierhalz (Educação Ambiental Institucional)  
Adalgisa Ribeiro Pontes (Estagiária)  
Aguinaldo Piske (Estagiário)  
Anderson Aléxis (Estagiário)  
Ciro Dalmagro (Estagiário)  
Cristina Altmann (Estagiária)  
Cristiano Ayres da Silva (Estagiário)  
Fernanda Mendonça (Estagiária)  
Francine Cassana (Estagiária)  
Juliana Pereira (Estagiária)  
Laíne Wagner (Estagiária)  
Luciana de Pauli (Estagiária)  
Rosane Gentilini (Estagiária)  
Stella Pieve (Estagiária)

## **FÓRUM AGENDA 21 DE PELOTAS**

Associação Rádio Com  
Associação EcoAção  
Associação Zoobotânica de Pelotas (AZP)  
Câmara Municipal de Pelotas  
Centro de Industrias de Pelotas (CIPEL)  
Centro de Estudos Ambientais (CEA)  
Centros de Estudos de Toxicológicos (CET)  
Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET)  
Cooperativa de Reciclagem (COORECICLO)  
Cooperativa Teia Ecológica  
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)  
Fundação Tupahue  
Grupo Integrado de Turismo Ecológico (GITE)  
Secretaria Municipal de Educação (SME)  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEURB)  
Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental (SQA)  
Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias e Cooperativas da Alimentação de Pelotas (STICAP)  
Unidade de Formação e Capacitação Humana e Profissional (AMIZ)  
Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)  
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

### **Coordenação**

Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA)

## **Relatoria**

Associação EcoAção  
Centro de Estudos Ambientais (CEA)

*“A Agenda 21 de Pelotas é o conjunto de diretrizes que assegura o desenvolvimento sustentável, contemplando ações na esfera econômica, na inclusão social e na proteção do ambiente próprio ou compartilhado com seus vizinhos imediatos ou remotos. É também um instrumento educativo que garante o debate socioambiental de todas as questões atinentes ao planejamento da cidade, atendendo às necessidades das gerações atuais sem comprometer o futuro”.* (Relatório da Comissão Especial Agenda 21 de Pelotas, 2001)

## **INDICE**

**APRESENTAÇÃO.....**

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL VAI GANHAR A CIDADE.....**

**1-INTRODUÇÃO .....**

**2-BREVE DIAGNOSTICO DOS PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS DE PELOTAS.....**

<b>3-HISTÓRICO DA AGENDA 21.....</b>	
<b>4-HISTÓRICO DO PROCESSO “CONSTRUINDO A AGENDA 21 LOCAL” .....</b>	
<b>5-OBJETIVOS.....</b>	
<b>6-METODOLOGIA DE TRABALHO.....</b>	
<b>7-RESULTADOS ALCANÇADOS , PERSPECTIVAS E VISÃO ESTRATÉGICA.....</b>	
<b>7.1. PRIORIDADES GERAIS.....</b>	
<b>7.2. QUESTÕES ABERTAS AGENDA 21.....</b>	
<b>7.3. PRIORIDADES POR SETORES.....</b>	
<b>7.4. AÇÕES CONSTRUIDAS NA 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE QUALIDADE AMBIENTAL PELA POPULAÇÃO.....</b>	
<b>8-ANEXOS.....</b>	
<b>8.1. ANEXO 1 – RESOLUÇÃO 01/2001 .....</b>	
<b>8.2. ANEXO 2 - RESOLUÇÃO 04/2003.....</b>	
<b>8.3. ANEXO 3 – RESOLUÇÃO Nº15/2003.....</b>	
<b>8.4. ANEXO 4 - RELATÓRIO FINAL COMISSÃO ESPECIAL AGENDA 21 LOCAL.....</b>	
<b>8.5. ANEXO 5 – QUESTIONÁRIO GUIA.....</b>	
<b>9-REFERENCIAS.....</b>	

## **APRESENTAÇÃO**

Os desafios da construção de uma cidade sustentável, superam, e muito, os limites do discurso, motivo pelo qual, não nos restam dúvidas, de que Pelotas, nos últimos quatro anos, evolui sensivelmente, tanto nos seus indicadores sociais, quanto econômicos, quanto ambientais, e a decisão política de criar uma Secretaria de Qualidade ambiental em 2001 foi uma decisão acertada, que inegavelmente contribui para isto.

O ano de 2003 foi marcado pela participação popular, elemento essencial que delineou os marcos da Agenda 21 de Pelotas. Enganam-se aqueles que pretendem encontrar resolvidos os problemas ambientais de uma cidade dentro de um gabinete ou limitados a soluções mágicas criadas por um pequeno grupo. O processo da Agenda 21 de Pelotas demonstrou que nenhuma cidade poderá encontrar a solução dos seus

problemas se não tiver como principal aliado a sua própria população. Tal mobilização, culminou no fato de ser esta a única cidade do Estado que conseguiu aprovar o projeto de Agenda 21 no Fundo Nacional do Meio Ambiente. Em 2003 atingimos a marca de 40% do esgoto produzido tratado, com perspectivas de elevação deste índice, já em 2005, para 65%. É bom lembrar que em 2000, quando assumimos a administração, este índice chegava, em apenas 10%. Também coletamos de forma seletiva mais de 12% dos nossos resíduos sólidos domiciliares, e instalamos em Pelotas uma das únicas unidades autoclave para tratamento de resíduos sólidos de saúde. No veraneio 2003/2004 devolvemos o balneário do Laranjal à População de Pelotas. Também plantamos no atual mandato, mais de 8.000 mudas de árvore, predominantemente de espécies nativas, com a previsão de plantar mais de 6.000 em 2004. Consolidamos o papel de destaque de Pelotas na área do Licenciamento Ambiental, e estamos buscando, junto a FEPAM, a competência plena para licenciamento. Afora estes, ainda existem os investimentos em economia popular e solidária, habitação popular, recuperação do patrimônio histórico, e combate a exclusão social.

A publicação do Relatório Anual da Qualidade Ambiental de Pelotas – RAMB 2003, o terceiro elaborado pelo próprio governo, todos no atual mandato, no décimo aniversário da Lei que criou o relatório, nada mais é do que um símbolo do compromisso desta administração com a Democracia, com a informação, e com a participação popular.

Pelotas, Junho de 2004.

**FERNANDO STEPHAN MARRONI**

**Prefeito de Pelotas**

## **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL VAI GANHAR A CIDADE**

Com essa afirmação a cidade de Pelotas deu início ao seu 4º Junho Ecológico, um calendário de eventos que desde 2001 reúne os movimentos ambientais existentes, como projetos de escolas, atividades de ONGs, apresentação de políticas públicas, entre outros. Chegou-se, assim, no dia mundial da ecologia, com mais de 50 atividades e muita riqueza socioambiental. Mas é necessário refletirmos o nosso comportamento do dia-a-dia, buscando em alguns projetos locais, a energia para a superação dos problemas.

Devemos destacar a ampliação da coleta seletiva, seja no projeto Adote uma Escola, seja na adaptação que os condomínios estão realizando para contribuir com o Projeto Coleta Solidária. Dentro do tema, a informação mais nova e precisa ser enaltecida, é que já estamos na cada das 600 toneladas por mês de resíduos sólidos que já têm separação e reaproveitamento, segundo números que estão sendo publicados neste Relatório Anual de Qualidade Ambiental de 2003. Por isso a cidade pode comemorar a correta gestão do seu lixo.

Neste dia tão importante, dia mundial da Ecologia, que nasceu em 1972, por conta da Conferência de Estocolmo, a comunidade recebe o anúncio de ampliações de espaços de lazer, com a construção de uma pista de *skate* no Parque Dom Antônio Zattera e uma pista e requalificação completa da Praça da Liberdade, no Areal. Também na Avenida Dom Joaquim já está em obras o novo espaço com brinquedos e iluminação, e assim Pelotas ganha mais metros quadrados de área verde, já que herdamos uma situação lamentável, em que temos apenas 30% de verde do mínimo indicado pela Organização Mundial de Saúde. As ações descritas, e o plantio de 6000 árvores neste ano, permitem, mais uma vez, que a cidade comemore uma nova fase de ampliação dos locais de lazer e recreação.

Por fim, e não menos importante, o início do curso de formação de 6 núcleos de educação ambiental, que faz parte do projeto de construção da Agenda 21 de Pelotas, vai garantir a criação de uma ecologia popular, enraizando e consolidando os avanços que temos em várias políticas públicas ambientais, garantindo a participação popular para um novo desenvolvimento. Foi fundamental o apoio do Governo Federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente, que permite um investimento de R\$ 400.000,00 nessa formação ambiental. Na minha opinião, entre todos os acertos que tivemos para que tenhamos uma cidade com boa gestão ambiental, a formação ambiental, criando uma nova visão de mundo, é o grande legado do povo de Pelotas para o dia mundial da ecologia. E significa que o caminho não tem volta: a educação ambiental vai ganhar a comunidade.

**Alexandre Melo Soares**

## **Secretário Municipal de Qualidade Ambiental1 - INTRODUÇÃO**

*"A terra não pertence ao homem; é o homem que pertence à terra. Disto temos certeza. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família. Tudo está relacionado entre si. O que fere a terra fere também os filhos da terra. Não foi o homem que teceu a trama da vida: ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que ele fizer à trama, a si próprio fará".*

Trecho da carta do Cacique Seattle ao Presidente dos EUA em 1855.

A crise ambiental é um fenômeno recente que vem se manifestando de maneira mais acentuada nos últimos 30 anos. Desde que existem as civilizações humanas, elas nunca deixaram de modificar, até mesmo de destruir, em maior ou menor grau, o seu ambiente. Mas, essas modificações foram sempre limitadas. Quer dizer, mesmo que regiões inteiras tivessem sofrido alterações importantes, o equilíbrio ecológico do conjunto do planeta nunca chegou a ser ameaçado. No seu processo de evolução nunca a humanidade, como um todo, chegou a comprometer de maneira irreversível a sua sobrevivência futura através de seus próprios atos, como atualmente. O desenvolvimento gerado e proposto pela moderna sociedade industrial nos leva à conclusão inevitável e clara que ele tem que ser revisto. Todas as perturbações ecológicas provocadas pela destruição que o capitalismo e a cultura consumista, imposta por este, empreende à Natureza, poderão levar séculos para serem remediadas.

O modelo de desenvolvimento atual, desigual, excludente e esgotante dos recursos naturais, tem levado a produção de níveis alarmantes de poluição do solo, ar e água, contaminação da vida selvagem por resíduos, destruição da biodiversidade animal e vegetal e ao rápido consumo das reservas minerais e demais recursos não renováveis. A gravidade destes problemas ambientais coloca para as gerações presentes algumas questões de solução bastante complexas.

O ser humano desenvolveu uma visão de mundo que o isola do restante do planeta,

*"A idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma idéia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo" (GONÇALVES, 1998).*

Esta visão é um dos principais fatores na construção do atual modelo de desenvolvimento gerador dos problemas que vivenciamos e procuramos soluções.

Só que as perturbações ecológicas não ficam restritas apenas ao âmbito da

Natureza, não atingem apenas a flora e a fauna ou os recursos naturais, como os rios, as águas, o ar e o solo. A humanidade vem ao longo dos tempos traçando formas de organização que sempre deixaram a maioria das populações numa condição de completa exclusão dos meios necessários para sua conservação. Os monopólios do conhecimento, do capital, dos meios de produção, e da propriedade geram graves desigualdades sociais que fazem parte ou que refletem diretamente na degradação ambiental que enfrentamos.

As possíveis respostas para as questões que envolvam a compatibilização entre desenvolvimento e conservação/preservação passam necessariamente pelo coletivo. A solução deste dilema, desenvolvimento-preservação, vai exigir a participação de todos. A Educação Ambiental é uma das possíveis ferramentas de capacitação e sensibilização da população em geral sobre os problemas ambientais. Com ela busca-se desenvolver técnicas e métodos que facilitem o processo de tomada de consciência sobre a gravidade dos problemas ambientais e a necessidade urgente de nos debruçarmos seriamente sobre eles. Tendo em vista todas estas questões, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, reuniu 179 chefes de estado e de governo, de onde surgiu a Agenda 21, como um instrumento com o intuito de construir uma nova visão, um novo modelo de desenvolvimento. Algo que envolva as pessoas, que as faça refletir sobre sua realidade, e que assumam sua responsabilidade para com a vida planetária, integrando novamente o humano ao equilíbrio ecológico.

*"O ser humano vivência a si mesmo, seus pensamentos como algo separado do resto do universo - numa espécie de ilusão de ótica de sua consciência. E essa ilusão é uma espécie de prisão que nos restringe a nossos desejos pessoais, conceitos e ao afeto por pessoas mais próximas. Nossa principal tarefa é a de nos livrarmos dessa prisão, ampliando o nosso círculo de compaixão, para que ele abranja todos os seres vivos e toda a natureza em sua beleza. Ninguém conseguirá alcançar completamente esse objetivo, mas lutar pela sua realização já é por si só parte de nossa liberação e o alicerce de nossa segurança interior". Albert Einstein*

Na busca deste equilíbrio, e seguindo a premissa da ação local, é que em Pelotas, em 2001, iniciou-se a construção dessa nova visão, e por consequência de uma nova ação, tendo como instrumento para isso, a construção da Agenda 21 de Pelotas.

**Cristiano Ayres da Silva**

**Comissão Executiva da Agenda 21 de Pelotas**

## **2 - "BREVE DIAGNÓSTICO DOS PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS DE PELOTAS"**

O protocolo da Agenda 21, assinado na Conferência ECO 92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, traçou como meta principal para seus signatários, a busca do desenvolvimento sustentável ou, utilizando uma expressão mais atual, da sustentabilidade. Tal princípio também foi consagrado no Brasil pelo art. 2º da Lei Federal Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, que garante a todos os cidadãos o direito a cidades sustentáveis. Aliás, o direito a cidades sustentáveis, é literalmente entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

A construção de uma cidade sustentável, passa obrigatoriamente pela discussão dos caminhos pelos quais trilha o seu desenvolvimento. A sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável, como queiram, não é nada mais, do que um desenvolvimento equilibrado, planejado, com uma definição clara das regras que

deverão direcionar todos os elementos constitutivos do desenvolvimento, inclusive da atividade econômica, para que esta não contribua para degradação ambiental, nem para o aumento da exclusão social.

Localizada no litoral sul do Rio Grande do Sul, na região do estuário da Laguna dos Patos, Pelotas conta hoje com cerca de 323.158 habitantes, conforme dados coletados pelo IBGE no censo demográfico de 2000. A maioria da população, ou seja 301.081 habitantes, 93,17% do total, estão localizados na zona urbana, e apenas 22.077 habitantes, 6,83%, na zona rural. Logo, é indiscutível, sob o ponto de vista do desenvolvimento, que Pelotas é uma cidade de características econômicas e ambientais, predominantemente urbanas.

As alterações sofridas pelo modelo agro-exportador no final da década de 70, promoveram um forte impacto na economia pelotense, em especial com a falência e o fechamento de uma série de grandes indústrias voltadas para o beneficiamento de produtos agrícolas destinados à exportação. Atualmente, dado a sua caracterização predominantemente urbana, a economia tem cada vez mais avançado para o setor terciário, principalmente dominado pelo comércio, turismo e pela prestação de serviços. Pelotas tem característica de um grande centro cultural e educacional, possuindo um grande número de escolas com ensino médio, duas universidades, uma escola de ensino técnico agrícola e uma unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica. Por outro lado, como qualquer centro urbano, a cidade é quotidianamente vitimada por conflitos ambientais de uso e ocupação do solo, gerenciamento de resíduos sólidos, poluição atmosférica, ainda pequena se comparada a outros centros urbanos, poluição visual e sonora.

O impacto sofrido pelas alterações na economia não mudou a vocação do parque industrial pelotense, ainda voltado para o eixo agroindustrial, em especial para o beneficiamento de arroz e para a indústria conserveira. Em menor escala, o município possui um pequeno parque industrial têxtil, químico e metal-mecânico, além de indústrias de curtimento de couro e matadouros. Ainda na esfera a industrial, a cidade também recebe o impacto da atividade de pequenas indústrias de alimentação, principalmente padarias, fábricas de bolachas e doces, embora nesta última atividade predomine a produção artesanal.

A grande quantidade de canais existentes na cidade, além dos erros de planejamentos ocorridos no passado, criaram a necessidade de um sistema permanente de controle das cheias, o que faz com que as atividades de drenagem e dragagem figurem constantemente no cenário local de licenciamento. Outro fator que influencia nas cheias é a disposição incorreta dos resíduos sólidos, que acabam entupindo os canais de escoamento pluvial, os bueiros e as bocas de lobo. Com o objetivo de resolver este problema, a Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental tem investido fortemente na política municipal de coleta seletiva de resíduos sólidos e em educação ambiental. Pelotas possui hoje um aterro controlado, saturado, incapaz de suportar a demanda diária de mais de 300 t de resíduos sólidos. A meta da atual administração é licenciar junto à FEPAM, uma nova área para localização de um aterro sanitário.

As indústrias moveleira e de construção civil, também promovem um grande impacto ambiental na cidade. É grande o número de loteamentos que foram implantados, em períodos anteriores, em locais impróprios, inclusive áreas de preservação permanente, como banhados, margens de rios e arroios e dunas. Paralelo a isto, a cidade de Pelotas recebe diariamente um grande fluxo de migrantes da zona rural, que também acabam se instalando em zonas impróprias para moradia. Dois tem sido os caminhos adotados pelo município. De um lado aumentar a rigidez no controle e licenciamento dos loteamentos e demais projetos de parcelamento, através das Secretarias Municipais de Planejamento Urbano e Qualidade Ambiental. Na outra ponta,

depois de vários anos de ausência uma política municipal de habitação, foi criada em 2002 a Secretaria Municipal de Habitação e Cooperativismo, com o grande objetivo de cobrir a imensa lacuna existente na órbita da habitação popular.

Outras atividades impactantes, típicas da urbanização contemporânea são realizadas pelas empresas de comunicação. Motivadas principalmente pelo avanço da tecnologia, e pela desordem produzida com a recente privatização dos serviços de telecomunicação, as administrações municipais cada vez mais têm realizado um esforço para disciplinar o trabalho das empresas que utilizam sistemas que produzem radiação não ionizante (antenas de telefonia celular, rádio e televisão), além, é claro das redes telemáticas de comunicação por cabo, tanto aéreas quanto subterrâneas, bem como das redes de distribuição de energia elétrica e telefônica. As primeiras, além do potencial ainda não conhecido de danos que podem ocasionar à saúde humana, quando utilizam torres, contribuem para o aumento da poluição visual. Já as redes aéreas e subterrâneas, além de grande poluição visual, encontram-se em eterno conflito com a arborização viária, e com as redes de distribuição de água. Há de se destacar, que no ano de 2002, depois de um grande debate, a SQA aprovou no COMPAM e no COMPLAD, minuta de Decreto regulamentando a instalação de Estações de Rádio Base no Município de Pelotas, que agora depende de sancionamento do Prefeito Municipal.

No campo da poluição visual, os equipamentos urbanos de distribuição de energia elétrica e de telefonia, muitas vezes mal alinhados, ou incompatíveis, na forma área, com o patrimônio do Centro Histórico, recebem um grande reforço do aparato publicitário: placas, outdoors, faixas, dísticos, dentre outros tipos de estruturas, que também contribuem de forma significativa para descaracterizar os bens tombados e inventariados pelo patrimônio histórico e cultural. Um dos maiores problemas para combater a poluição visual no Município, talvez seja ausência de um sistema normativo unificado e mais rígido disciplinando o uso do espaço público em todas as suas dimensões. Salvo algumas informações contidas no Código Estadual do Meio Ambiente, que apenas define princípios e transfere o trabalho de regramento para a esfera municipal, Pelotas ainda encontra-se limitada ao arcaico Código de Posturas (Lei Municipal 1807/70), ou a uma legislação esparsa, não muito clara e mal concebida como a Lei Municipal n.º 4808/2002. Para completar, a poluição sonora causada pelos bares e boates noturnas, carros, caminhões, e outros veículos, bem como pelas caixas, alto-falantes e carros de som contribuem para a perda de qualidade de vida dentro do espaço urbano da cidade.

No universo agrário de Pelotas, predomina o domínio das grandes propriedades rurais e, conseqüentemente, das atividades econômicas de característica monocultural, como a pecuária de corte, a orizicultura e a fruticultura. Um dos maiores conflitos ambientais travados com este tipo de atividade econômica reside nos sistemas de irrigação, estrutura acessória à produção, nem sempre licenciada pelos empreendedores. É importante frisar, que além da utilização de grande quantidade de agrotóxicos, principalmente na orizicultura, este modelo de produção avança sobre áreas alagadiças ou inundáveis, como banhados por exemplo. O manejo da produção com uso de agrotóxicos, afeta de forma drástica a qualidade das águas dos diversos rios e arroios que servem de fonte de abastecimento para as estruturas da irrigação. A monocultura afeta também a paisagem natural da região. Comumente são encontradas na região de Pelotas, plantações de eucaliptos, muitas das quais antigas, espécie exótica, de fácil crescimento e aproveitamento econômico, que historicamente plantadas de forma desordenada, acabam afetando o solo, o lençol freático e a paisagem.

Outro grande problema na zona rural, é a degradação das áreas de preservação permanente, como banhados, margens de rios e arroios, ocasionada via de regra por projetos agrícolas mal concebidos, ou pela atividade extrativa clandestina,

principalmente pela mineração. A mineração, por sinal, com grande potencial de acumulação de capital, acaba tendo equivalente contrapartida na geração de problemas ambientais. A estrutura geológica da região permitiu a formação de fontes para extração de areia, argila, granito, dentre outros recursos. Ocorre que tal atividade vive em constante conflito com outro patrimônio ambiental local que são os recursos hídricos. Pelotas está assentada no meio de uma rede de canais, arroios e rios, além de ser a principal cidade do Complexo Lagunar do Estado. Para conter a proliferação desordenada de pontos de extração, principalmente os clandestinos, cada vez mais é necessária uma maior rigidez na fiscalização e controle, não só por parte do Município, mas também pela FEPAM.

Caio Prado Júnior, na sua *“Histórica Econômica do Brasil”*, ironiza a forma como se deu o desenvolvimento econômico colonial do país, afirmando que mesmo nas cidades produtoras de grandes riquezas nas Minas Gerais, ou nos ricos Engenhos de Cana de Açúcar, era comum encontrar uma contradição entre a grande acumulação de capital e a carência alimentar. *“De um lado abastança, prosperidade e grande atividade econômica; doutro, a falta de satisfação da mais elementar necessidade da grande massa da população: a fome”*. Aliás, as maiores vítimas deste tipo de modelo sempre foram às populações mais pobres, que viviam (e ainda vivem), num estado de subnutrição crônica. Pelotas não está e nunca esteve longe desta realidade. No momento de maior riqueza, quando do apogeu da indústria saladeril, os recursos que financiaram a construção de grandes palacetes, para a ostentação da classe charqueadora, eram os mesmos que faltavam na mesa da população, mesmo da população livre. Os traços de um desenvolvimento não equilibrado marcaram de forma significativa a própria falência econômica da cidade. Pelotas, diferentemente das cidades da Serra gaúcha não conseguiu formar um mercado consumidor, na medida em que teve a sua trajetória econômica marcada pelas monoculturas do arroz e do charque. Este tipo de modelo de produção concentrado, ao mesmo tempo em que favorece a degradação ambiental em larga escala, não cria as condições de equilíbrio necessárias para um desenvolvimento sustentável. Logo, o primeiro passo para a construção de uma Pelotas sustentável, é repensar a sua vocação econômica, principalmente no que tange à divisão de renda. Não são indústrias poluidoras vindas de fora que salvarão a cidade, mas sim a mudança de um modelo sócio econômico que hoje ainda continua pautado na grande produção monocultural.

**Sandro Ari Andrade de Miranda**  
**Diretor do Depto. de Controle Ambiental da SQA**

### 3 - HISTÓRICO DA AGENDA 21

Em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, chegou à conclusão da necessidade de redefinir o conceito de desenvolvimento, o que ficou a cargo de uma comissão que produziu em 1987 o relatório Nosso Futuro Comum, onde se consolidou o conceito de Desenvolvimento Sustentável, sendo aquele capaz de atender às necessidades das gerações atuais sem comprometer os direitos das gerações futuras.

Esse novo conceito foi consolidado como diretriz para a mudança de rumos no desenvolvimento global que foi definida pelos 179 chefes de estados e de governo presentes à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, e considerada o maior e mais representativo evento diplomático dos últimos tempos. Um dos focos principais, desta Conferência, era a proposta da Agenda 21, um documento reunindo 40 capítulos que fala praticamente de todas as grandes questões, como os padrões de produção e consumo, a erradicação da pobreza, uso da terra, saneamento básico, resíduos (lixo), proteção à saúde, habitação, poluição, energia, etc, bem como tentava criar mecanismos financeiros para viabilizar os novos rumos a serem seguidos.

A implementação da Agenda 21 pressupõe a tomada de consciência por todos os indivíduos sobre os papéis ambientais, econômicos, sociais e político que desempenham em sua comunidade e exige, portanto, a integração de toda a sociedade no processo de construção do futuro. Entendemos que essa forma de ação, em que a sociedade compartilha com o governo as responsabilidades pelas decisões, permite uma maior agregação em torno do projeto de desenvolvimento, aumentando as suas chances de implementação, garantindo o direito a cidades sustentáveis, literalmente entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. Para isso, o capítulo 28 da Agenda 21 Internacional estipulou que os governos locais devem organizar processos de construção de Agendas 21 Locais, sendo necessário que a sociedade também se engaje na construção da Agenda 21 local, pois sabemos que a qualidade ambiental global é um reflexo das escolhas feitas nas comunidades de todo o mundo. Na construção dessas agendas, a comunidade, ao conhecer suas deficiências e identificar soluções para elas, tem a oportunidade de mobilizar consciências, de propor alternativas e de reivindicar o apoio público necessário para a implementação do plano de desenvolvimento local então concebido, capaz de conduzi-la a sustentabilidade.

No Brasil, ainda em 1992, muitos municípios e alguns estados deram início à construção de suas Agendas 21. A Agenda brasileira teve início em 1997, através do Ministério do Meio Ambiente, com a criação de uma Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS), com representantes de governo e de vários setores da sociedade. Esta Comissão realizou seis diagnósticos setoriais que apontassem os problemas, os conflitos, as estratégias, e as ações prioritárias em seis áreas básicas sendo elas, gestão de recursos naturais, agricultura sustentável, cidades sustentáveis, redução das desigualdades sociais, infra-estrutura e integração regional, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Estes diagnósticos foram submetidos a diversas discussões com representantes da sociedade, incorporando críticas e sugestões, recebendo milhares de propostas de acréscimos e supressões, passando por fóruns de cada uma das macroregiões do País, chegando a novos documentos de caráter regional, depois de novas discussões a CPDS sistematizou o

resultado na Agenda 21 brasileira.

Então como já vimos, construção de uma cidade sustentável, passa obrigatoriamente pela discussão dos caminhos pelos quais trilha o seu desenvolvimento. A sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável, como queiram, não é nada mais, do que um desenvolvimento equilibrado, planejado, com uma definição clara das regras que deverão direcionar todos os elementos constitutivos do desenvolvimento, inclusive da atividade econômica, para que esta não contribua para degradação ambiental, nem para o aumento da exclusão social. Com a finalidade de direcionar a cidade de Pelotas para este caminho se dá início, em 2001, ao processo de construção da Agenda 21 Local.

#### **4 - HISTÓRICO DO PROCESSO “CONSTRUINDO A AGENDA 21 DE PELOTAS”**

O processo de construção da Agenda 21 Local teve início em 2001, através das discussões acumuladas pelas entidades componentes do Conselho Municipal de Proteção Ambiental (COMPAM). A proposta de Resolução foi apresentada pela Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental (SQA), resultando aprovação unânime pela importância do tema. Para iniciar o processo escolheu-se o Fórum Local, uma comissão especial criada pela resolução 001/2001 do COMPAM (anexo 1). Na primeira reunião a SQA foi escolhida coordenadora da Comissão, e se estabeleceu cronograma e temas para as reuniões. Durante 6 meses, todas as terças-feiras, o grupo reunia para estudar a

Agenda 21 internacional e os documentos que resultaram na Agenda 21 brasileira. Desse trabalho originou-se um relatório (anexo 2) contendo o conceito da Agenda 21 de Pelotas e os temas a serem priorizados no processo de criação da Agenda 21 de Pelotas, bem como a metodologia para chegar à construção do documento final. Enfim, organizou-se o processo.

Após um período de incertezas quanto ao futuro do processo de Agenda 21 na cidade, pois estávamos preparando o 1º Congresso da Cidade, a Comissão não havia logrado êxito no edital 13/01 do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA); decidiu-se, na Comissão, encaminhar a construção da Agenda com a estrutura disponível no próprio órgão ambiental. Assim, em outubro de 2002, reiniciamos o processo, já com as deliberações do Congresso da Cidade aprovadas pela população, onde a Agenda 21 de Pelotas é o pano de fundo das decisões. Dessa forma, o delineamento do que se chamava consulta pública para Agenda 21 de Pelotas, ficou pronto no início de 2003, com a aprovação de um questionário-guia para realização de Audiências Públicas (AP's) em bairros e distritos de Pelotas (anexo 3), e com a prorrogação do mandato da Comissão Especial, agregando novas instituições, totalizando 21 instituições gestoras do processo local, composta pela Associação Rádio Com, Associação EcoAção, Associação Zoobotânica de Pelotas (AZP), Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, Centro de Industrias de Pelotas (CIPEL), Centro de Estudos Ambientais (CEA), Centro de Estudos em Toxicologia (CET), Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), Cooperativa de Reciclagem (COORECICLO), Cooperativa Teia Ecológica, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Fundação Tupahue, Grupo Integrado de Turismo Ecológico (GITE), Secretaria Municipal de Educação (SME), Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEURB), Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental (SQA), Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias e Cooperativas da Alimentação de Pelotas (STICAP), União Pelotense das Associações Comunitárias e de Bairros (UPACAB), Unidade de Formação e Capacitação Humana e Profissional (AMIZ), Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), com o objetivo de ser o mais representativo possível, este Fórum assumiu o compromisso de elaborar a forma de como se daria a construção da Agenda 21 de Pelotas. . A Comissão, então numa fase de execução de política pública, coordenada pela SQA e agora com relatoria das ONG's Centro de Estudos Ambientais e ECOAÇÃO, dá início às Audiências Públicas pelo Município, as quais envolveram mais de 2200 pessoas. No dia 31.10.2003, terá fim o processo de consulta pública, momento em que a Comissão fará a tabulação das prioridades do questionário-guia, para que nos dias 12 e 13.12.2003, uma reunião técnica da Comissão transformará as prioridades populares em projetos estratégicos, os quais serão apreciados novamente pela população em 2 e 3.04.2003, na 2ª Conferência de Qualidade Ambiental de Pelotas.

Sobre a Comissão vale dizer ainda que o Conselho Municipal de Proteção Ambiental aprovou a prorrogação do prazo para que haja conclusão dos trabalhos, quais sejam, a edição da Agenda 21 de Pelotas e a formação do Núcleos de Educação Ambiental, que farão o controle social da Agenda 21 de Pelotas.

A segunda fase teve início no ano de 2003, com a realização das Audiências Públicas (AP's) nos bairros e distritos da zona rural, buscando envolver todos os segmentos da sociedade no debate de construção da Agenda 21 Local e através do questionário-guia levantar quais são as prioridades da comunidade na construção de uma cidade sustentável. Durante o período de maio a dezembro de 2003 foram realizadas 57 AP's, onde participaram 2536 pessoas. Esta fase se encerrou com a realização da 2ª Conferência Municipal de Qualidade Ambiental (2ª CQA), onde se definiram, a partir das prioridades da comunidade, as ações a serem realizadas e acompanhadas por diversas instituições, ações estas, que compõe o documento Agenda

21 de Pelotas. Durante a 2ª fase, se conseguiu a aprovação do projeto “Construindo a Agenda 21 de Pelotas” junto ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, que apoiará a 3ª fase, onde se dará a publicação do documento Agenda 21 de Pelotas e a instalação dos Núcleos de Educação Ambiental (NEA’s).

A terceira fase, será o momento de acompanhamento das ações definidas na 2ª CQA. O debate realizado na fase anterior servirá também para iniciar a formação dos NEA’s. Os NEA’s serão formados por moradores das suas respectivas localizações, que apoiados por ONG’s, serão responsáveis pelo monitoramento do que foi decidido na fase 2, e farão parte do Fórum Permanente Agenda 21 de Pelotas, criando uma grande rede de educação ambiental que garantirá a implementação da Agenda 21.

## 5 - OBJETIVOS

A construção da Agenda 21 em Pelotas expressa no seu conceito definido em 2001 o seu objetivo: *“A Agenda 21 de Pelotas é o conjunto de diretrizes que assegura o desenvolvimento sustentável, contemplando ações na esfera econômica, na inclusão social e na proteção do ambiente próprio ou compartilhado com seus vizinhos imediatos ou remotos. É também um instrumento educativo que garante o debate socioambiental de todas as questões atinentes ao planejamento da cidade, atendendo às necessidades das gerações atuais sem comprometer o futuro”*. (Relatório da Comissão Especial Agenda 21 de Pelotas, 2001). Depreende-se que planejamento, desenvolvimento regional e educação ambiental são a busca do processo iniciado em 2001 na cidade de Pelotas. Significa dizer que a Agenda 21 de Pelotas será lembrada por: a) tratar do planejamento da cidade (Plano Diretor, Sistema de Áreas Protegidas, Plano de Economia Solidária) buscando sempre a finalidade de transformar-se numa cidade sustentável ; b) considerar Pelotas como parte de uma região com relações culturais e naturais importantes (banhados, laguna, etc), construindo uma maior integração regional, sabendo que Pelotas não é uma ilha e que a preservação do ambiente não depende unicamente do município e com isso colaborar para que os demais municípios da região assumam suas responsabilidades e caminhem para implementar as políticas ambientais necessárias ; c) tornar-se referência para a educação ambiental local , por que esta,

*faz-se presente ao conjunto de atos, atitudes e interações frente ao dia-a-dia. No entanto, atitudes comportamentais refletirão em atos caso haja um comprometimento conjunto de todos os segmentos da sociedade*(SULZBACH, 2002).

Para uma abrangência temática de porte como a proposta e por se tratar de um processo aberto, é que o projeto de Agenda 21 de Pelotas tem alguns objetivos específicos durante o tempo planejado, que é de 2001 ao fim de 2005, quais sejam: a) consolidar um debate permanente em torno da Agenda 21 em Pelotas, a partir do Conselho Municipal de Proteção Ambiental, envolvendo todos os segmentos tornando o próprio debate sobre a Agenda 21 um instrumento educativo; b) influenciar as políticas de planejamento urbano, sempre levando em conta as deliberações da Agenda ; c) criar núcleos de educação ambiental nos bairros e distritos da zona rural, como forma de sustentação das decisões da Agenda 21, fazendo a formação de agentes ambientais, construindo uma grande rede de educadores ambientais, que por sua vez irão formar novos agentes, sempre ampliando o numero de pessoas envolvidas diretamente com a educação ambiental ; d) relacionar os eventos ambientais da cidade com a Agenda 21 local, a fim de enaltecer o caráter de processo do tema Agenda 21.

## 6 - METODOLOGIA DE TRABALHO

Todo projeto pressupõe a autogestão, o diálogo que deve ocorrer na construção do compromisso com as decisões coletivas – liberdade de expressão, respeito à diversidade de sentimentos e opiniões. Assim, esta proposta pautará suas ações levando em consideração a autogestão, a leitura da realidade, a problematização, o diálogo, avaliações sistemáticas e planejamentos coletivos.

Assim para atingirmos os objetivo de aglutinação popular para criação de um referencial de desenvolvimento (Agenda 21 de Pelotas – edição e publicação), trabalhamos com 3 metas:

- Debate Permanente Construindo a Agenda 21 Local, onde se realizou 57 audiências públicas com todos os segmentos da sociedade, com aplicação de questionário para o levantamento de prioridades para a produção de um relatório final, o qual foi apresentado como documento base na 2ª Conferência Municipal para Qualidade Ambiental.

- Construção da Agenda 21 de Pelotas, na 2ª Conferência Municipal para Qualidade Ambiental, foram discutidas e deliberadas as ações e diretrizes do relatório final que compõe o documento final da Agenda 21 Local, com base nas cinco áreas temáticas: geo-ambiental, social, econômico, acesso à informação e conhecimento e político-institucional. E apresentação de projeto-de-lei na Câmara de Vereadores consolidando a Agenda 21 de Pelotas, relatoria, edição e publicação da Agenda 21 de Pelotas

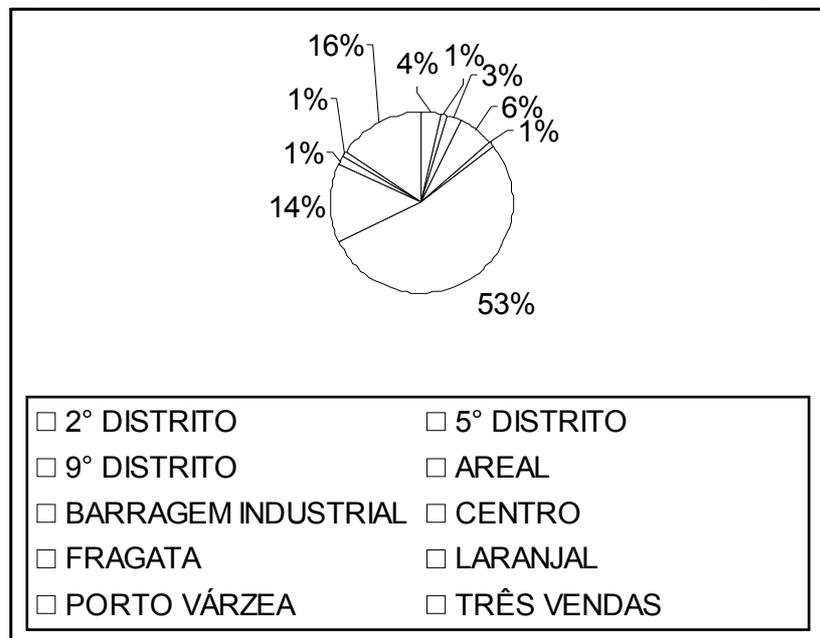
- Criação e fortalecimento de Núcleos de Educação Ambiental (NEA) distribuídos pelas diversas regiões do município; com objetivo de acompanhar e cobrar a implementação das ações da Agenda 21 Local e as deliberações da 2ª Conferência. Dando início a criação dos núcleos se optou por instalar cinco na zona urbana, contemplando as macro-regiões da cidade, Centro-Porto-Varzea, Fragata, Areal, Três Vendas, Laranjal; e um na Zona Rural. Cada NEA será instalado em uma escola municipal e composto por uma ONG e trinta agentes ambientais, sendo dez coordenadores e vinte multiplicadores, que receberão formação para atuar na comunidade onde está instalado o NEA, bem como em ações conjuntas com os demais NEA's, compondo uma rede municipal de educação ambiental, o Fórum 21 de Pelotas.

A metodologia do curso para coordenadores e multiplicadores dos NEA's consiste em preparação de referencial teórico, a partir da Agenda 21 internacional, brasileira e deliberações da 2ª CQA de Pelotas, e ainda de indicações de bibliografia da consultoria a ser contratada para formatar o curso. As aulas serão ministradas por pessoas das ONG's responsáveis por cada núcleo e estudantes-monitores, que serão treinados pela equipe técnica do projeto. Serão encontros semanais para coordenadores e mensais para formação de multiplicadores, com exposição teórica e execução de tarefas concretas na comunidade local. Os insumos necessários serão a contratação de profissionais para elaboração do curso com todo o referencial teórico necessário e para fazer o ajuste conceitual da equipe técnica e dos instrutores do curso; a contratação pessoal para apoio às ONG's que serão responsáveis pelo curso acontecer; pagamento dos alunos do curso, visto que serão pessoas de baixa renda, e que um mínimo valor de apoio para os futuros coordenadores e multiplicadores é vital para o sucesso do projeto; a compra de livros e material de informática para cada escola-sede do núcleo de educação ambiental, num total de 6, e aquisição de material de informática para o Fórum 21 de Pelotas.

## 7-RESULTADOS ALCANÇADOS , PERSPECTIVAS E VISÃO ESTRATÉGICA

A segunda fase, como a fase da consulta popular, tinha como preocupação envolver a comunidade na discussão sobre os problemas ambientais de Pelotas e de como a Agenda 21 poderia ajudar na construção de alternativas para se superar tais problemas. Daí, surgem duas questões para a comunidade e para o Fórum da Agenda 21 : A) primeiro; o que é uma Agenda 21? E para que ela serve? Estas questões foram resolvidas com a elaboração de uma apresentação sobre o histórico da Agenda 21 e sua função, e também quais os principais problemas do município. B) Como a Agenda 21 trata de planejamento e aponta ações para solucionar os problemas, a questão era saber: quais as prioridades da comunidade? O que esta detectava como área prioritária para dar início às mudanças e a reeducação necessária em prol de uma cidade sustentável. E dentro da área determinada, quais as principais ações a serem tomadas? Para solucionar estas questões o Fórum da Agenda 21 elaborou um questionário, com base na Agenda 21 Brasileira (anexo 4), onde a população, após assistir a palestra sobre a Agenda 21, apontava as ações e as áreas prioritárias a partir do seu ponto de vista, o questionário contava também com uma área aberta para aqueles pontos que não estavam contemplados e que fossem considerados importantes pela comunidade. Deste processo, participaram 2536 pessoas respondendo os questionários em 57 Audiências Públicas (AP's), espalhadas por diversas regiões, como as divisões de bairros: Areal, Barragem Industrial, Centro, Fragata, Laranjal, Porto Várzea e Três Vendas, e alguns distritos da Zona rural, como o 2º, 5º, e 9º distritos. Também é importante destacar que as AP's foram realizadas em escolas, igrejas, associações de bairros, sindicatos, associações de classe, setores públicos, etc, tentando sempre ser o mais representativo possível.

A participação pelos setores ficou representada conforme a figura abaixo:



Os resultados obtidos foram computados a estabelecer prioridades gerais por áreas temáticas, prioridades gerais independentes das áreas, as questões abertas e as prioridades por setores, conforme está apresentado abaixo.

### 7.1. PRIORIDADES GERAIS

## **GEO-AMBIENTAL GERAL**

1º Proteger e conservar os rios, lagoas e riachos para aumentar a disponibilidade de água potável.

2º Investir no tratamento e expansão da rede de esgotos.

3º Desenvolver ações para evitar enchentes e cheias na zona urbana, evitando ocupação de áreas alagadiças (banhados).

4º Incentivar práticas agrícolas que protejam nascentes, mananciais, as matas ciliares e o solo.

5º Investir em tratamento e destinação adequados dos resíduos sólidos (lixo), com a ampliação do sistema de coleta seletiva.

## **SOCIAL GERAL**

1º Implementar medidas de redução das desigualdades sociais e de combate à miséria.

2º Reduzir riscos à saúde, através do controle da poluição, das doenças infecto-contagiosas e das zoonoses, valorizando a medicina preventiva.

3º Proporcionar moradias adequadas, através do sistema de crédito habitacional.

4º Organizar núcleos de educação ambiental, valorizando experiências sociais e ambientais economicamente sustentáveis.

5º Promover atividades de esporte e lazer, proporcionando qualidade de vida.

## **ECONÔMICO GERAL**

1º Estimular a criação de associações e cooperativas para geração de trabalho e renda.

2º Criar mecanismos de mudança dos hábitos de consumo, estimulando a reutilização, redução e separação de resíduos (lixo).

3º Promover e incentivar o aumento na produção de alimentos orgânicos (sem produtos químicos) e não modificados geneticamente (não transgênicos).

4º Estimular um sistema de produção no município que priorize a utilização de tecnologias limpas (matéria-prima reciclada e emissão zero de resíduos...).

5º Priorizar a formação de um pólo tecnológico inovador considerando as características ambientais, culturais e sociais da região.

## **POLÍTICO INSTITUCIONAL GERAL**

1º Integrar, democratizar e regulamentar políticas e leis direcionadas ao desenvolvimento sustentável.

2º Reforçar a campanha pelo ICMS Ecológico, criando Unidades de Conservação em Pelotas.

3º Propiciar que o orçamento participativo atue também como articulador de demandas ambientais.

4º Consolidar o Fundo Municipal como financiador de projetos ambientais locais do poder público e da sociedade civil.

5º Fortalecer os Fóruns de Planejamento local e regional (COMPAM, COMPLAD, Cômite de Bacia Hidrográfica...).

## **ACESSO À INFORMAÇÃO GERAL**

1º Realizar levantamento do espaço ambiental de Pelotas (consumo de energia, geração

de lixo...).

2º Propiciar informação sobre as vantagens da agroecologia aos agricultores e comunidade em geral.

3º Estimular capacitação e informação permanente à comunidade que vive da pesca.

4º Incentivar e promover qualificação dos servidores públicos a respeito da temática ambiental.

5º Promover a democratização do acesso à tecnologia da informação (computador, internet...).

### **PRIORIDADE GERAL 1**

Proteger e conservar os rios, lagoas e riachos para aumentar a disponibilidade de água potável.

### **PRIORIDADE GERAL 2**

Implementar medidas de redução das desigualdades sociais e de combate à miséria.

### **PRIORIDADE GERAL 3**

Estimular a criação de associações e cooperativas para geração de trabalho e renda.

### **PRIORIDADE GERAL 4**

Integrar, democratizar e regulamentar políticas e leis direcionadas ao desenvolvimento sustentável.

### **PRIORIDADE GERAL 5**

Realizar levantamento do espaço ambiental de Pelotas (consumo de energia, geração de lixo...).

## **7.2. QUESTÕES ABERTAS AGENDA 21**

Saneamento – 300

Geração de Emprego – 142

Áreas Verdes – 113

Educação – 111

Calçamento – 99

Coleta Seletiva – 87

Conscientização da População – 81

Combate à Miséria – 76

Saúde – 76

Segurança Pública – 70

Limpeza da Cidade – 53

Limpeza e Conservação da Praia – 51

Informação à População – 43

Controle de Enchentes – 42

Moradia – 38

Coleta do Lixo – 36  
Iluminação – 36  
Melhoria do Transporte Público – 29  
Arborização – 24  
Controle de Zoonoses – 19

### **7.3. PRIORIDADES POR SETORES**

#### **2º DISTRITO**

##### **PRIORIDADES**

- 1º Proteger e conservar os rios, lagoas e riachos para aumentar a disponibilidade de água potável.
- 2º Implementar medidas de redução das desigualdades sociais e de combate à miséria.
- 3º Estimular a criação de associações e cooperativas para geração de trabalho e renda.
- 4º Reforçar a campanha pelo ICMS Ecológico, criando Unidades de Conservação em Pelotas.
- 5º Estimular a formação permanente da comunidade que vive da pesca.

#### **5º DISTRITO**

##### **PRIORIDADES**

- 1º Proteger e conservar os rios, lagoas e riachos para aumentar a disponibilidade de água potável.
- 2º Reduzir os riscos à saúde, através do controle da poluição doenças infecto-contagiosas e zoonoses, valorizando a medicina preventiva.  
Estimular a criação de associações e cooperativas para geração de trabalho e renda
- 3º Criar mecanismos de mudanças nos hábitos de consumo, estimulando a reutilização, redução e a separação de resíduos (lixo).  
Promover e incentivar o aumento da produção de alimentos orgânicos (sem produtos químicos) e não modificados geneticamente (transgênicos)  
Integrar, democratizar e regulamentar políticas e leis direcionadas ao desenvolvimento sustentável.
- 4º e 5º Propiciar informação sobre vantagens da agroecologia aos agricultores e comunidade em geral

#### **9º DISTRITO**

##### **PRIORIDADES**

- 1º Implementar medidas de redução das desigualdades sociais e de combate à miséria.
- 2º Implementar medidas de redução das desigualdades sociais e de combate à miséria.  
Investir no tratamento e expansão da rede de esgoto.
- 3º Estimular a criação de associações e cooperativas para geração de trabalho e renda.
- 4º Consolidar o Fundo Municipal como financiador de projetos ambientais locais do poder público e da sociedade civil.
- 5º Reforçar a campanha pelo ICMS Ecológico, criando Unidades de Conservação em Pelotas.

#### **AREAL**

## **PRIORIDADES**

1º, 2º e 4º Implementar medidas de redução das desigualdades sociais e de combate à miséria.

3º Estimular a criação de associações e cooperativas para geração de trabalho e renda.

5º Incentivar e promover qualificação dos servidores públicos a respeito da temática ambiental.

## **BARRAGEM INDUSTRIAL**

### **PRIORIDADES**

1º Implementar medidas de redução das desigualdades sociais e de combate à miséria.

2º e 3º Estimular a criação de associações e cooperativas para geração de trabalho e renda.

4º Proporcionar moradias adequadas, através do sistema de crédito habitacional.

5º Incentivar e promover qualificação dos servidores públicos a respeito da temática ambiental.

Promover a democratização do acesso a tecnologia de informação (computador, internet).

Realizar levantamento do espaço ambiental de Pelotas (consumo de energia, geração de lixo...).

## **CENTRO**

### **PRIORIDADES**

1º Proteger e conservar os rios, lagoas e riachos para aumentar a disponibilidade de água potável.

2º Implementar medidas de redução das desigualdades sociais e de combate à miséria.

3º Estimular a criação de associações e cooperativas para geração de trabalho e renda.

4º Reforçar a campanha pelo ICMS Ecológico, criando Unidades de Conservação em Pelotas.

5º Realizar levantamento do espaço ambiental de Pelotas (consumo de energia, geração de lixo...).

## **FRAGATA**

### **PRIORIDADES**

1º Proteger e conservar os rios, lagoas e riachos para aumentar a disponibilidade de água potável.

2º Implementar medidas de redução das desigualdades sociais e de combate à miséria.

3º Estimular a criação de associações e cooperativas para geração de trabalho e renda.

4º Integrar, democratizar e regulamentar políticas e leis direcionadas ao desenvolvimento sustentável.

5º Realizar levantamento do espaço ambiental de Pelotas (consumo de energia, geração de lixo...).

## **LARANJAL**

### **PRIORIDADES**

1º Investir na expansão e tratamento da rede de esgotos.

2º Reduzir os riscos à saúde, através do controle da poluição, doenças infecto-contagiosas e zoonoses, valorizando a medicina preventiva.

3° Criar mecanismos de mudanças nos hábitos de consumo, estimulando a reutilização, redução e a separação de resíduos (lixo).

4° Estimular a criação de associações e cooperativas para geração de trabalho e renda. Fortalecer os fóruns de planejamento local e regional (COMPAM, COMPLAD, Comitê de Bacia Hidrográfica).

Consolidar o fundo municipal como financiador de projetos ambientais locais do poder público e da sociedade civil.

5° Estimular a formação permanente da comunidade que vive da pesca.

## **PORTO VÁRZEA**

### **PRIORIDADES**

1° Desenvolver ações para evitar enchentes e cheias na zona urbana , evitando ocupação de áreas alagadiças(banhados).

Investir no tratamento expansão da rede de esgotos.

Investir em tratamento e destinação adequados dos resíduos sólidos(lixo), com a ampliação do sistema de coleta seletiva.

2° Implementar medidas de redução das desigualdades sociais.

3° Estimular a criação de associações e cooperativas, para a geração de renda e trabalho.

4° Consolidar o fundo municipal como financiador de projetos ambientais locais do poder público e da sociedade civil.

5° Incentivar e promover qualificação de servidores públicos a respeito da temática ambiental.

Estimular a democratização permanente a comunidade que vive da pesca.

## **TRÊS VENDAS**

### **PRIORIDADES**

1° Proteger e conservar os rios, lagos e riachos para aumentar a disponibilidade de água potável.

2° Implementar medidas de redução das desigualdades sociais e de combate a miséria.

3° Estimular a criação de associações e cooperativas, para a geração de renda e trabalho.

4° Reforçar a campanha pelo ICMS Ecológico, criando Unidades de Conservação em Pelotas.

5° Incentivar e promover qualificação dos servidores públicos a respeito da temática ambiental.

## **7.4. AÇÕES CONSTRUIDAS NA 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE QUALIDADE AMBIENTAL (2ªCQA) PELA POPULAÇÃO**

Nos dias 2 e 3 de Abril de 2004 reuniram-se 700 pessoas no auditório do colégio Gonzaga para realizar o debate acerca das prioridades encaminhadas pela comunidade, sendo realizados grupos de trabalhos pelos participantes da 2ª CQA, divididos por áreas temáticas, onde se elaboraram as ações a serem tomadas para mudar o rumo do município em direção a sustentabilidade, bem como os prazos a serem aplicadas. Entende-se como curto, médio e longo prazo o período de 2, 5 e 10 anos respectivamente.

Estas ações servirão de base para a atuação dos Núcleos de Educação Ambiental

(NEA's) no momento de por sua ação em prática, elaborando projetos, espalhando a Educação Ambiental e seus princípios, bem como cobrando e exigindo a implementação das deliberações da Agenda 21 de Pelotas pelos órgãos responsáveis. Este é o plano estratégico da Agenda 21 de Pelotas:

## **1. GEOAMBIENTAL - GRUPO A**

### **CURTO PRAZO**

1. Aumento da disponibilidade, da oferta de água potável e de esgoto coletado e tratado na zona urbana e rural.
2. Proibir a impermeabilização da cidade, criar políticas de drenagem urbana, e estimular o reaproveitamento das águas pluviais.
3. Comprometer aquele que usa a água para atividades econômicas a devolvê-la ao ambiente com a mesma qualidade que a retirou, realizando sua captação à jusante do seu lançamento.
4. Campanha nas escolas para melhor utilização da água, recuperação e proteção de fonte.
5. Participação popular na gestão da água.
6. Campanha de educação ambiental para práticas agroecológicas, envolvendo produtores, técnicos e população em geral.
7. Uso sustentável da terra, com a manutenção dos sistemas naturais.
8. Incentivar o reflorestamento, preservando as matas ciliares existentes e recuperando as degradadas, com espécies nativas.
9. Aumentar o controle ambiental com relação ao uso indevido do ambiente.
10. Exigir, quando da aprovação de projetos urbanísticos, o respeito a sustentabilidade, na execução da obra, bem como no funcionamento da atividade.
11. Aumentar a cobertura vegetal urbana através de ações entre o Poder Público e a iniciativa privada, especialmente com a indústria da construção civil, para atender os padrões recomendados pela OMS.
12. Campanha de educação ambiental para separação, redução e reutilização e reciclagem de resíduos.
13. Implantar em toda a zona urbana contentores de resíduo reciclável.
14. Obrigatoriedade legal para disponibilização de lixeiras junto a estabelecimentos de grande fluxo de pessoas.
15. Elaborar plano de saneamento, contemplando a destinação de locais para

coleta de resíduos recicláveis, usinas públicas de compostagem, biodigestores, gerando renda e emprego.

16. Exigir Planos de Gerenciamento de Resíduos e as devidas licenças ambientais para os empreendimentos (Licença Prévia , Licença de Instalação e Licença de operação).
17. Aprimorar a cooperação entre empreendedores, Poder Público e coletividade para recolhimento e tratamento adequado de pilhas e baterias, medicamentos vencidos, lâmpadas e demais lixos tóxicos.
18. Implantar Aterro Sanitário.
19. Preservar, conservar e recuperar as Áreas de Preservação Permanente – APP's.

## **MÉDIO PRAZO**

20. Implantar política para resíduos em geral que considere a redução, o reaproveitamento e a reciclagem. Considerar a coleta seletiva como regra, através de lei, na próxima licitação para serviço de coleta de resíduos.
21. Elaborar o zoneamento ecológico econômico, adotando a bacia hidrográfica como unidade de planejamento.
22. Promover a desocupação e coibir novas ocupações nas áreas de captação de água potável.
23. Utilização de tecnologias sustentáveis no processo construtivo, como reaproveitamento das águas servidas, diminuição do uso doméstico da água, aproveitamento das águas da chuva (cisterna) em condomínios, prédios públicos, postos de serviços, indústria.
24. Alteração do sistema de cobrança da água tratada para desincentivar o desperdício, especialmente em condomínios habitacionais, com a colocação de hidrômetros por apartamento.
25. Tributar o uso da água para uso e despejo de efluentes.
26. Monitorar impacto ambiental na atividade agrícola, coibindo o uso de agrotóxicos.
27. Implantação de Parques Urbanos ao longo do Canal São Gonçalo.
28. Implantação de um Parque no Pontal da Barra, preservando os banhados existentes.
29. Implantação de um Parque Urbano no banhado junto a Estação Rodoviária, propiciando a proteção de fauna e flora.
30. Combate à especulação imobiliária que expulsa a população sem capital para

áreas inadequadas à habitação e ambientalmente sensíveis.

31. Considerar a coleta seletiva como regra no sistema público de resíduos, taxando e penalizando o descarte de embalagens, bem como, privilegiando e compensando o seu uso sustentável, a simplificação das embalagens e a disponibilização do uso de embalagens retornáveis.
32. Incentivar cooperativas e empresas de reciclagem.
33. Produção de material escolar a partir da reciclagem.
34. Incrementar a coleta seletiva realizada pelo órgão responsável.
35. Usar quando possível o tratamento biológico para resíduos tóxicos.
36. Identificar as espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção, visando a sua proteção.
37. Implantar a APA das Lagoas e apoiar outras iniciativas do gênero através de um sistema adequado.
38. Implantar os corredores ecológicos.

## **LONGO PRAZO**

39. Coibir a exploração da indústria sobre o pequeno agricultor e cooperativas, que geram degradação ambiental.
40. Implantar projeto arquitetônico, utilizando técnicas sustentáveis e aproveitando as energias naturais, contendo sistema de captação da água chuva, volume mínimo de água para descarga, captação e tratamento adequado do esgoto, coleta seletiva do lixo, área com cobertura vegetal.

## **2. SOCIAL - GRUPO B**

### **CURTO PRAZO**

41. Incentivar a organização popular por bairros e distritos para realizar a educação ambiental, em parceria com a sociedade civil.
42. Melhoria na qualidade da educação para o melhor exercício da cidadania.
43. Implementação de fóruns para debater a construção de políticas que

contemplem as diferenças.

## **MÉDIO PRAZO**

44. Promover e incentivar ações de economia solidária, como uma forma de erradicar a pobreza e gerar trabalho e renda , e o combate à fome.
45. Implantar projetos, através de parcerias mult institucionais, que visem integração social através do esporte lazer e recreação.
46. Coibir assentamentos humanos em áreas inadequadas sob o aspecto sócio-ambiental, como beira de rios, banhados, em torno de depósitos de resíduos ..., desenvolvendo projetos de habitação.
47. Realizar diagnóstico sócio ambiental, de dados estatísticos quantitativos e qualitativos, através de discussão, debates e mobilização da comunidade pelotense, que permitam ações locais qualificadas de redução das desigualdades e combate à miséria, sugerindo a promoção de atividades paralelas periódicas em locais públicos, através de exposições e palestras que fomentem discussões, como diferenças e cidadania.
48. Centralizar ações, informações de programas, projetos das áreas sociais de todas as instancias governamentais para facilitar o acesso aos cidadãos.

## **3. ECONÔMICO - GRUPO C**

### **CURTO PRAZO**

49. Incentivar o uso eficiente à conservação de energia, priorizando fontes de energia renováveis.
50. Firmar termos de ajustamento de conduta ambiental, com participação do COMPAM, para recuperar os passivos sócioambientais do setor empresarial, com reversão de recursos ao Fundo Municipal de Proteção e Recuperação Ambiental.
51. Criar cursos de qualificação profissional a partir da identificação das necessidades populares e divulgar adequadamente para a comunidade tomar conhecimento e incentivá-la a participar.
52. Campanhas de incentivo ao transporte coletivo.

### **MÉDIO PRAZO**

53. Gerar frentes de trabalho ambientalmente adequadas, como nas áreas de saneamento, arborização da cidade, implantação e manutenção de áreas, reciclagem e controle ambiental.
54. Coibir a aplicação de tecnologias agressivas ao ambiente e responsáveis pela

diminuição dos postos de trabalho.

55. Estabelecer política municipal de ecoturismo, voltado para o uso sustentável dos ambientes naturais, respeitando a cultura e as populações locais.
56. Criar políticas públicas de apoio aos pequenos empreendedores desde a formação, capacitação até a logística, ou seja, em todas as etapas da cadeia produtiva, visando à emancipação dos diferentes grupos.
57. Criar incentivos às iniciativas comunitárias e individuais de produção auto-sustentável como hortas-comunitárias, medicina caseira.
58. Qualificar o espaço municipal em benefício da sociedade, envolvendo-a e inserindo-a no contexto social com a criação de programas relacionados ao esporte-lazer.

#### **LONGO PRAZO**

59. Incentivar as navegações fluviais, visando diminuir o transporte rodoviário.

#### **4. POLÍTICO INSTITUCIONAL - GRUPO D**

##### **CURTO PRAZO**

60. Destinar recursos do orçamento público municipal para 2005 em políticas que induzam a sustentabilidade como áreas verdes e unidades de conservação, coleta seletiva, cooperativas de recicladores, educação ambiental, para o Fundo Municipal de Proteção e Recuperação, entre outras. Curto
61. Elaborar políticas públicas que visem o aproveitamento de áreas privadas submetidas ao abandono (terrenos baldios) na elaboração de projetos de educação ambiental definidos pela agenda 21 local.
62. Inclusão e regularização das famílias oriundas do meio rural e urbana que se encontram sem as documentações legais para fins de poderem acionar os programas da união, estados e municípios onde os mesmos encontram-se a mais de duas décadas sem o termo legal de propriedade.
63. Instituir procuradoria ambiental ou domínio ambiental na procuradoria geral do município.
64. Fortalecer o princípio da transversalidade ambiental na administração municipal, com a incorporação dos princípios, valores de gestão ambiental por todos os órgãos da administração.
65. Dotar o horto municipal de infra-estrutura e recursos humanos para subsidiar e estimular a produção de mudas nativas sustentando a política de arborização urbana e rural, de forma integrada com os NEA's e outras instituições públicas municipais.
66. Fortalecer o controle ambiental com ampliação dos recursos humanos e

materiais.

67. Induzir o planejamento participativo sócioambiental para todas as políticas municipais, com a participação popular na elaboração do Plano Pluri Anual (PPA), do orçamento participativo, entre outros.
68. Fortalecer as políticas de saneamento ambiental para colônia.
69. Garantir que a política, e a execução desta, sobre águas (nascentes, captação, tratamento e abastecimento), sobre a cobertura vegetal (hortos, plantios, podas e erradicações), sobre os resíduos sólidos (coleta convencional, tratamento, exposição final e coleta seletiva) estejam subordinadas a SQA.

## **MÉDIO PRAZO**

70. Elaborar um Plano Pluri Anual – PPA com base na Agenda 21 de Pelotas.
71. Garantir a participação popular e o controle social no monitoramento da execução da Agenda 21.
72. Buscar envolver outros municípios da região, notadamente aqueles da aglomeração urbana de Pelotas, no planejamento e implementação de políticas sócioambientais.
73. Elaborar o 3º Plano Diretor de Pelotas, com respeito às deliberações da Agenda 21.
74. Instituição do ISSQN ecológico com a destinação de percentual da arrecadação deste imposto para o fundo municipal de proteção e recuperação ambiental.
75. Instituição de IPTU ecológico objetivando incentivar o aumento da cobertura vegetal urbana e a proteção de ecossistemas.
76. Ampliação do número de núcleos de educação ambiental na zona rural visando à avaliação e monitoramento do turismo rural, ecoturismo, recuperação de áreas degradadas, agricultura ecológica entre outras atividades.
77. Ampliar o projeto “Crescendo com a Natureza”, que atualmente ocorre com recém-nascidos do Hospital São Francisco de Paula, para estudantes da rede de ensino primário, por questões didáticas, de estrutura do horto municipal e de existência da lei municipal que regulamenta o tema.
78. Propor a adoção do uso de combustíveis e tecnologias mais limpos na frota, equipamentos para manutenção de áreas verdes e o ecocamping municipal, como álcool, gnv, biodiesel e outras fontes alternativas.

## **LONGO PRAZO**

79. Implantar as ciclovias e fortalecer o transporte público para reduzir o fluxo de veículos automotores e as emissões atmosféricas.

## **5.ACESSO À INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO - GRUPO E**

### **CURTO PRAZO**

80. Divulgar as rotinas e procedimentos dos órgãos de gestão ambiental para a população.
81. Que o poder público edite a legislação ambiental para que todos tenham acesso a ela através de linguagem acessível.
82. Colocar em pauta nas escolas os nossos problemas ambientais , enfatizando a questão local.
83. Fomento a rádios comunitárias – veículos alternativos - criando programas que falem da questão ambiental.
84. Garantia de divulgação das informações pela mídia oriundas de ONG's, Poder Público.
85. Questão ambiental deve ser incorporada ao currículo nas escolas de ensino médio, através de todas as disciplinas.
86. Investir na capacitação de professores.

### **MÉDIO PRAZO**

87. Definir indicadores de sustentabilidade para Pelotas.
88. Elaborar e publicizar informações ambientais em documentos com linguagem acessível à coletividade reforçando e difundindo o Relatório Anual da Qualidade Ambiental de Pelotas – RAMB.
89. Criar canais permanentes inter institucionais e com a coletividade de informação e comunicação (governo, MP, Conselho, ONG's, empreendedores).
90. Formatar Programa Permanente de Educação e Justiça Ambiental a partir dos resultados da 2ª Conferencia Municipal de Qualidade Ambiental.
91. Necessidade de meios de comunicação de massa com informação de temas ambientais. Que na conta da água, luz, iptu, venha às informações, além de um telefone para denuncia.
92. Que a SQA elabore material de EA para comunidade escolar.
93. Discutir a questão ambiental dos bairros através de reuniões itinerantes do COMPAM e da SQA.

### **LONGO PRAZO**

94. Estabelecer Programa de Capacitação para gestores públicos e privados em sustentabilidade, articulando com municípios da região.

95. Fazer um levantamento geográfico ambiental, matas nativas, água, mananciais.

## 8 - ANEXOS

### 8.1. ANEXO 1 – Resolução 01/2001 do COMPAM



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE QUALIDADE AMBIENTAL – SQA  
**CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - COMPAM**

#### **RESOLUÇÃO 01/01**

##### ***Cria a Comissão Especial para elaboração da Agenda 21 Local.***

O Conselho Municipal de Proteção Ambiental - COMPAM, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município - LOM, em seu art. 273 da LOM, a Lei Municipal 3.835, de 16 de junho de 1994, e a Resolução COMPAM 01, de 20 de julho de 1995 (Regimento Interno), no art. 7º, IV e no art. 56 e

Considerando a necessidade de que o município de Pelotas construa suas diretrizes para o desenvolvimento baseados na sustentabilidade e

Considerando o Conselho Municipal de Proteção Ambiental como órgão superior da Política Municipal Proteção Ambiental

#### **RESOLVE**

Art. 1º - É criada a Comissão Especial para a Elaboração da Agenda 21 Local, no âmbito do COMPAM, dotada das seguintes atribuições:

I – elaborar diretrizes para a Agenda 21 Local Comunitária, a serem debatidas entre os órgãos da Administração Municipal;

II - elaborar diretrizes para a Agenda 21 Local Comunitária, a serem debatidas entre as representações da sociedade civil organizada;

§ 1º - O prazo de duração dos trabalhos da Comissão será de 6 (seis) meses, a contar de (6) de agosto de 2001, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º - A comissão será composta de:

I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental;

II – 1 (um) representante dos órgãos públicos que compõem o plenário do COMPAM;

III – 1 (um) representante das Organizações Não-Governamentais Ecológicas que compõem o plenário do COMPAM;

IV – 1 (um) representante do setor empresarial e de cooperativas membro do COMPAM;

V – 1 (um) representante de universidade, membro do COMPAM;

VI – 1 (um) representante da União Pelotense das Associações Comunitárias e Amigos de Bairro – UPACAB;

§ primeiro – Poderão participar da Comissão outras entidades, a critério da Coordenação do COMPAM, ouvido o plenário.

§ segundo – Na primeira reunião da comissão, será eleita a sua coordenação e a relatoria, em processo dirigido pela coordenação do COMPAM.

Art. 3º - Após concluída o período de trabalho da Comissão, a responsabilidade do trabalho passará à Coordenação do COMPAM e à Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental.

Pelotas, 26 de julho de 2001.

**FERNANDO CAETANO**  
Coordenador Presidente

**ANA JÚLIA GONÇALVES FORTUNA**  
Secretária Executiva

(Publicada em 30 de julho de 2001)

## **8.2. ANEXO 2 - RESOLUÇÃO 04/2003**



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS** **Conselho Municipal de Proteção Ambiental – COMPAM**

---

#### **RESOLUÇÃO N.º 004/03**

***Prorroga os efeitos da Resolução que institui a Comissão Especial para a construção da Agenda 21 em Pelotas.***

O Conselho Municipal de Proteção Ambiental - COMPAM, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município - LOM, em seu art. 273 da LOM, a Lei Municipal 3.835, de 16 de junho de 1994, e a Resolução COMPAM 01, de 20 de julho de 1995 (Regimento Interno), e

Considerando o Capítulo 28 da Agenda 21, que se refere às iniciativas locais para a proteção ambiental;

Considerando a necessidade de que o município de Pelotas construa suas diretrizes para o desenvolvimento baseadas na sustentabilidade e

Considerando o Conselho Municipal de Proteção Ambiental como órgão superior da Política Municipal de Proteção Ambiental

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam prorrogados até 31 de março de 2003, os efeitos da Resolução n.º 01/2001, de 30 de julho de 2001, deste conselho que criou a Comissão Especial para elaboração da Agenda 21 Local, coordenada pela Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental.

Art. 2º - Além dos membros titulares previstos no art. 2º da Resolução n.º 01/01, passam a integrar a comissão, como titulares, todas as entidades suplentes, ficando a comissão com a seguinte composição:

- I – Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental - SQA;
- II – Universidade Católica de Pelotas – UCPel;
- III – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Sul – CEFET/RS;
- IV – Centro das Indústrias de Pelotas – CIPEL;
- V – Cooperativa de Reciclagem de Lixo – CORRECICLO;
- VI – Fundação TUPAHUE;
- VII – Centro de Estudos Ambientais – CEA;
- VIII – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEURB;
- IX – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA;
- X – União Pelotense das Associações Comunitárias e Amigos de Bairro – UPACAB.

Art. 3º - Fica estabelecido prazo 30 (trinta) dias, à partir da publicação desta Resolução, para que novas entidades possam requerer o seu ingresso como membro da comissão.  
Parágrafo Único. Os pedidos de ingresso deverão ser protocolados na Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo à data de 30 de janeiro de 2002, e revogando as disposições em contrário.

Pelotas, 02 de janeiro de 2003.

**José Eduardo Chapon de Oliveira**  
Coordenador Executivo do Compam

**Carolina Schultz Vargas**  
Secretária Executivo do Compam

### **8.3 – ANEXO 3 – RESOLUÇÃO 15/2003**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS** **Conselho Municipal de Proteção Ambiental – COMPAM**

---

### **RESOLUÇÃO Nº15/2003**

**Prorroga os efeitos das Resoluções n.º 01/01 e n.º 004/03 que instituem a Comissão Especial para a elaboração da Agenda 21 de Pelotas**

O Conselho Municipal de Proteção Ambiental - COMPAM, no uso das atribuições legais

que lhe confere a Lei Orgânica do Município - LOM, em seu art. 273 da LOM, a Lei Municipal 3.835, de 16 de junho de 1994, e a Resolução COMPAM 01, de 20 de Julho de 1995( Regimento Interno), e

Considerando a Resolução COMPAM n° 001, de 30 de julho de 2001

Considerando a Resolução COMPAM n° 004, de 15 de janeiro de 2003

Considerando o Capítulo 28 da Agenda 21, que se refere às iniciativas locais para a proteção ambiental;

Considerando a necessidade de que o Município de Pelotas construa suas diretrizes para o desenvolvimento baseadas na sustentabilidade e

Considerando o Conselho Municipal de Proteção Ambiental como órgão superior da Política Municipal de Proteção Ambiental

## **RESOLVE:**

Art. 1° - Ficam prorrogados até 31 de dezembro de 2005, os efeitos das Resoluções COMPAM n° 001 e 004, que tratam da criação da Comissão Especial para elaboração da Agenda 21 Local, coordenada pela Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental.

Art. 2° - Além dos membros titulares previstos no art. 2° da Resolução n° 01/01, passam a integrar a comissão , como titulares, todas as entidades suplentes até 2002, bem como aquelas que requeram seu ingresso até o dia 16 de fevereiro de 2003, conforme o que segue:

I - Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental - SQA, coordenadora;

II - Universidade Católica de Pelotas - UCPel;

III - Universidade Federal de Pelotas - UFPel;

IV - Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Sul - CEFET/RS;

V - Centro das Indústrias de Pelotas - CIPEL;

VI - Cooperativa de Reciclagem de Lixo - CORECICLO;

VII - Fundação TUPAHUE;

VIII - Centro de Estudos Ambientais - CEA, relatoria;

IX - Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas;

X - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEURB;

XI - Secretaria Municipal de Educação - SME;

XII - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA;

XIII - Associação EcoAção, relatoria;

XIV - Associação Radiocom;

XV - Associação Zoobotânica de Pelotas - AZP;

XVI - Centro de Estudos em Toxicologia - CET - RS;

XVII - Cooperativa Teia Ecológica;

XVIII - Grupo Integrado de Turismo Ecológico - GITE;

XIX - Unidade de Formação e Capacitação Humana e Profissional - AMIZ;

X - União Pelotense das Associações Comunitárias e Amigos do Bairro - UPACAB;

XXI - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas da Alimentação -

STICAP.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo à data de 31 de março de 2003, e revogando as disposições em contrário.

**Pelotas, 23 de setembro de 2003.**

**Lauro Luiz Colvara Bernardi**  
**Coordenador Executivo do Compam**

**Carolina Schultz Vargas**  
**Secretária Executiva do Compam**

#### **8.4 – ANEXO 4 - RELATÓRIO FINAL COMISSÃO ESPECIAL AGENDA 21 LOCAL** (Resolução COMPAM nº 01, de 30 de julho de 2001)

1) **Entrega dos trabalhos:** 18 de fevereiro de 2002, na 14ª RO do COMPAM, referente ao mandato 2000/2001.

2) **Composição da Comissão:**

Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental – coordenação  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – relatoria  
Universidade Católica de Pelotas – representantes das Universidades  
Centro das Industrias de Pelotas – representante do setor empresarial  
Fundação Tupahue – representante das organizações não governamentais  
UPACAB – representante das associações comunitárias

3) **Histórico:** Em 2001, a SQA apresentou proposta de Resolução com vistas à criação de uma Comissão Especial, conforme art. do Regimento Interno do Conselho Municipal de Proteção Ambiental, para elaborar subsídios à construção da Agenda 21 Local de Pelotas. Foram 15 reuniões da Comissão, sob coordenação da SQA e relatoria da SEURB, tendo como seqüência de trabalhos o seguinte: primeiro, houve contato com material que tratava da Agenda 21 Global, como forma de consolidar uma opinião sobre os diversos documentos que tratam do tema, em forma de seminários; segundo, a comissão definiu o conceito de Agenda 21 local que embasaria o resultado final (ver conclusões); terceiro, acordou-se uma metodologia para o processo inicial de discussão da Agenda; por fim, a relatoria e a coordenação propuseram um cronograma e um orçamento para realizar o objeto desse processo.

4) **Conclusões:** A partir das discussões realizadas, definiu-se pela discriminação de 4 sub-itens para a finalização dos trabalhos:

4.1) **Conceito:** (definido na 8ª reunião da comissão) – “Agenda 21 Local de Pelotas é o conjunto de diretrizes que assegura o desenvolvimento sustentável, contemplando ações na esfera econômica, na inclusão social e na proteção do ambiente próprio ou compartilhado com seus vizinhos imediatos ou remotos. É também um instrumento educativo que garante o debate socioambiental de todas as questões atinentes ao planejamento da cidade, atendendo às necessidades das gerações atuais sem comprometer o futuro.”

4.2) **Metodologia:** optou-se por adotar o método de construção da Agenda 21 Brasileira, o qual se baseia em 5 dimensões temáticas, e que na visão da Comissão, atende ao interesse local da mesma forma que atende ao território nacional. São elas: geo-ambiental; social; econômica; político-institucional; e acesso à informação e conhecimento.

Sobre cada dimensão, a Comissão desenvolveu uma série de diretrizes que deverão nortear o futuro trabalho de construção da Agenda 21 Local, que veremos abaixo:

#### 4.2.1) **Geo-ambiental** –

##### 4.2.1.1) Uso sustentável, conservação e proteção dos recursos naturais

a) Proteger nascentes e mananciais, mediante a legislação específica, garantindo a intangibilidade das matas ciliares e estimulando a conservação e recuperação de ecossistemas naturais com o concurso das comunidades locais, assegurando seu direito de propriedade e incentivos

b) Coibir e disciplinar, com o auxílio dos órgãos de polícia ambiental dos diversos níveis, tentativas de interferir, mesmo que de forma bem intencionada, na biodiversidade local ou no manejo do solo sem experiência e tecnologia adequadas

##### 4.2.1.2) Ordenamento Territorial

a) Integrar-se de forma ativa às políticas regionais e nacionais de zoneamento de bacias hidrográficas e suas microbacias, das lagunas e lagoas e dos ecossistemas regionais característicos, com vistas a seu uso criterioso e sustentável

b) Preservar e recuperar corredores ecológicos, particularmente em campos nativos, matas ripárias, banhados, e matas de restinga, promovendo a conexão de fragmentos florestais remanescentes em propriedades particulares

c) Atualizar, regulamentar e compatibilizar a legislação municipal existente – Lei Orgânica, Plano Diretor, Código de Meio Ambiente, Código de Posturas e Código de Limpeza Urbana – consigo e com a legislação e política regional, estadual, e nacional, dentro dos princípios da Agenda 21

d) Elaborar conjuntamente com os órgãos representativos da categoria um Cadastro Único de Imóveis Urbanos e Rurais

e) Corrigir ou prevenir a reincidência em erros históricos quanto à ocupação do solo do entorno e o uso das bacias fluviais e lacustres, bem como planejar meios de assimilar agravos decorrentes de alterações climáticas globais

##### 4.2.1.3) Manejo adequado dos resíduos, efluentes, das substâncias tóxicas e radioativas

a) Legislar, fiscalizar e divulgar, supletivamente, acerca do uso, transporte, armazenamento, comercialização, remoção ou destinação final de substâncias tóxicas proibidas ou controladas, exigindo Anotação de Responsabilidade Técnica, inclusive quanto ao uso de herbicidas e inseticidas em zona urbana, atendendo ao peculiar interesse do município

b) Acionar e manter atualizado o Código Municipal de Limpeza Urbana, estendendo seu efeito à zona rural, no que se refere à disposição de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, bem como embalagens de qualquer tipo, concomitantemente com a educação ambiental da população envolvida

##### 4.2.1.4) Manejo sustentável da biotecnologia

a) Proibir a utilização de fertilizantes e defensivos sintéticos, bem como compostos metálicos em área de manancial de abastecimento, em zonas de captação de água e em áreas especialmente protegidas

b) Estabelecer medidas preventivas para coibir, de acordo com a legislação pertinente, a liberação de organismos geneticamente modificados (OGM's) que não seja precedida de pesquisas sobre efeitos deletérios diretos e colaterais, estudos de impacto ambiental e de ampla informação ao consumidor

#### 4.2.2) **Social**

##### 4.2.2.1) Medidas de redução das desigualdades e de combate à pobreza

a) Políticas que viabilizem um sistema de crédito habitacional para a área rural e urbana

b) Programas de segurança alimentar devem ser criados a partir da priorização de uma nutrição baseada em alimentos saudáveis

c) Abolição das barreiras materiais e imateriais, pontencializando a contribuição étnica de cada grupo constitutivo de nossa história, para garantir o total direito à construção da cidade e à acessibilidade física e social às potencialidades urbanas

##### 4.2.2.2) Promoção e proteção das condições de saúde humana e seguridade social

a) Desenvolver programas de saneamento ambiental

b) Implementar políticas de reassentamento de populações residentes em áreas de risco

c) Efetivar programas de controles de zoonoses

##### 4.2.2.3) Promoção da educação e cultura para a sustentabilidade

a) Garantir a amplo direito à informação ambiental, através de programas que sirvam tanto à educação formal, informal e à não-formal

b) Organizar núcleos de educação ambiental nas comunidades como forma de despertar para uma nova cidadania ambiental, contribuindo para o fluxo de informação da população em geral e poder público

##### 4.2.2.4) Promoção e proteção dos grupos estratégicos da comunidade

a) Priorização do combate à pobreza como uma das formas de adquirirmos um desenvolvimento sustentável

b) Incrementar o canal de comunicação entre o poder público e a sociedade civil, como forma de gerar fluxo de conhecimento que sirva de instrumento de tomada de decisões, especialmente quando se trata de políticas voltadas às camadas mais populares, impossibilitadas de uma informação qualificada

#### 4.2.3) **Econômica**

##### 4.2.3.1) Transformação produtiva e mudança dos padrões de consumo

a) Estimular, tanto na indústria como na agricultura, a adoção de alternativas tecnológicas limpas que reflitam a preocupação com o aspecto humanístico e ambiental

- b) Adotar sistemas produtivos que, simultaneamente, preservem os recursos naturais, através do planejamento ambiental, fornecendo produtos mais saudáveis, sem comprometer os níveis tecnológicos de segurança alimentar já atingidos
- c) Priorizar a utilização de matérias-primas alternativas ou recicladas, dentre outras, nos processos industriais
- d) Dar destino produtivo para materiais oriundos da separação e tratamento dos rejeitos de origem urbana e rural, inclusive do lodo proveniente do tratamento de esgoto industrial e domiciliar
- e) Criar meios que permitam a ampla participação da sociedade civil organizada na certificação de processos, produtos e serviços, tanto industriais como agropecuários
- f) Adotar sistemas orgânicos de produção e suas variações
- g) Inserir a silvicultura como processo de produção agrícola, inclusive com madeiras nobres, nas pequenas propriedades e grandes propriedades
- h) Fomentar o cultivo de fruteiras nativas e exóticas para tirar proveito de nichos de mercado
- i) Desenvolver a aquicultura em pequena e grande escala
- j) Implantar bolsas de resíduos, como incentivo ao aproveitamento de materiais recicláveis
- l) Garantir a participação das populações locais no estabelecimento de políticas florestais
- m) Substituir os combustíveis fósseis por outras fontes renováveis e menos poluentes
- n) Reduzir os impactos ambientais advindos de todas as formas de energia
- o) Fortalecimento do sistema de licenciamento de atividades poluidoras

#### 4.2.3.2) Mudança dos padrões de consumo

- a) criar mecanismos de mudanças nos hábitos de consumo, que reduzam e qualifiquem o consumo individual, principalmente de bens e materiais não-recicláveis
- b) estimular a reutilização de produtos industriais e agrícolas, evitando o descartável
- c) incutir o hábito de separação dos resíduos sólidos de origem doméstica e sua coleta seletiva
- d) fazer campanhas visando a redução da geração dos resíduos de origem doméstica e sua reciclagem em âmbito domiciliar
- e) combate vigoroso e generalizado ao desperdício, sob todas as suas formas, inclusive através da educação ambiental, tendo em vista a significativa redução dos estoques de recursos naturais
- f) estabelecimento de normas e regulamentação para o uso racional de energia

#### 4.2.3.3) Inserção econômica e competitiva

- a) implementar política de desenvolvimento tecnológico, melhorando a qualidade da produção artesanal;
- b) implementar políticas de valorização dos produtos locais, destacando as especificidades e a

diversidade ambiental e cultural;

c) apoiar a verticalização e agregação de tecnologia à produção;

d) viabilizar o acesso ao crédito compatível com a rentabilidade de cada setor produtivo;

e) promover educação tecnológica continuada para a população, com fim de criar inovações;

f) pesquisar e incentivar o aproveitamento tecnológico de produtos locais;

g) estabelecer estratégia local com relação à infra-estrutura energética, de comunicações, de abastecimento e saneamento;

h) praticar política de incentivos fiscais como forma de estímulo ao setor produtivo, sem penalizar, como no passado, o ambiente, mas sim, com o fim específico de induzir a ação voluntária das práticas de agricultura sustentável;

i) contabilizar ativos ambientais locais;

j) adotar a certificação ambiental;

l) valorizar economicamente os recursos naturais que são utilizados como insumos na produção;

m) disseminar práticas de *ecodesign* industrial;

n) aumentar a eficiência energética;

o) estabelecimento de foros de elaboração de normas e controle de desenvolvimento sustentável regional;

p) disciplinar a utilização de organismos geneticamente modificados

#### 4.2.3.4) Geração de emprego e renda, reforma agrária e urbana

a) criar mecanismos de incentivo ao turismo no espaço rural, em torno de atividades como o plantio, pesca, apicultura e outras; permitindo fixar populações rurais ou ribeirinhas e melhorar sua qualidade de vida;

b) incentivar a geração de empregos não agrícolas no meio rural, visando a complementaridade e a integração estratégica de funções e atividades econômicas;

c) estimular a geração de empregos, criando formas alternativas de desenvolvimento local, visando conter a criminalidade, os cinturões de miséria e o crescimento sócio-ambiental da cidade;

d) fomentar as iniciativas de produção de sementes e mudas de essências florestais;

e) criar mecanismos que permitam melhorar a qualidade de vida do agricultor minimizando os custos de produção;

f) investir em infra-estrutura para armazenamento e comercialização, desenvolvendo mecanismos apropriados de comercialização;

g) viabilizar o acesso ao crédito de baixo custo e à assistência técnica ao pequeno agricultor;

h) adotar práticas conservacionistas de manejo de solo;

- i) desenvolver programas de recuperação das áreas de mata ciliar;
- j) criar política e buscar sistemas de crédito habitacional para a área rural;
- l) investir em programas que proporcionem o fortalecimento e uma renda mínima para a agricultura familiar, associados a um programa de preservação ambiental;
- m) utilizar produtos da agricultura orgânica familiar na merenda escolar e outros programas alimentares;
- n) promover a criação de escolas agrícolas e rurais que fixem o agricultor e sua família nas zonas rurais e capacite-os;
- o) desenvolver programas que valorizem a cultura local, o lazer e o turismo rural;
- p) aprimorar e valorizar os sistemas produtivos das comunidades tradicionais, como forma de preservação das culturas;
- q) criar mecanismos legais que permitam a utilização do condomínio e de áreas comuns entre produtores, inclusive para o cumprimento de exigências legais;
- r) estimular a organização do trabalho que privilegie a autonomia, o aprendizado e o respeito ao saber do trabalhador;
- s) estímulo à capacitação dos profissionais da saúde que atuam na rede pública, em sintonia com a realidade do trabalho rural;
- t) promover a proteção e manejo sustentável às plantas medicinais, garantindo matéria-prima de alto valor para a humanidade;
- u) incorporar ao planejamento urbano as diretrizes gerais de ordenação do território e de política urbana;
- v) promover a revisão do plano diretor e da legislação urbanística, de uso e ocupação do solo, de parcelamento e loteamento, código de obras e edificações, e ainda, os códigos de posturas e sanitários;
- x) colaborar para que todos tenham habitação adequada;
- y) iniciativas voltadas à instalação de equipamentos de controle de emissões de enxofre e a substituição do diesel por gás natural

#### 4.2.3.5) Dinâmica demográfica e sustentabilidade

- a) incentivar a utilização de resíduos domésticos orgânicos na produção de compostos orgânicos;
- b) adotar tecnologias limpas e ambientalmente corretas, na gestão do ambiente escolar, como essência da educação, em todo o município;
- c) promover sistemas sustentáveis de energia e de transportes;
- d) ministrar educação ambiental a todos, desenvolvendo uma consciência ambiental tanto nos gestores como nos cidadãos;
- e) buscar equilíbrio dinâmico entre a população e sua base ecológico-territorial, a fim de diminuir

a pressão sobre os recursos disponíveis e as desigualdades espaciais;

f) buscar eficiência energética, reduzindo os níveis de consumo atuais, sobretudo dos combustíveis fósseis e das fontes energéticas renováveis;

g) implementar, em relação à biodiversidade, meios de gestão ou manejo que garantam a continuidade de espécies, formas genéticas e ecossistemas;

h) coibir a urbanização espontânea e desordenada nas comunidades costeiras;

i) promover a redução da poluição difusa causada pelas práticas agrícolas inadequadas, de origem orgânica, sais nutrientes e substâncias tóxicas;

j) punir práticas inadequadas de manejo do uso do solo, da água, da fauna e da flora.

#### 4.2.4) **Político – institucional**

##### 4.2.4.1) Integração entre desenvolvimento e meio ambiente na tomada de decisões

a) fórum de governo local e regional para planejamento do desenvolvimento

b) integração entre os sistemas relacionados (SUS, saneamento...)

##### 4.2.4.2) Descentralização para o desenvolvimento sustentável

a) financiamento de projetos com vistas à sustentabilidade

b) clareza na redefinição do SISNAMA

c) orçamento participativo como mobilizador de demandas ambientais

d) valorização dos comitês de bacia como planejadores regionais

##### 4.2.4.3) Democratização das decisões e fortalecimento do papel dos parceiros do desenvolvimento sustentável

a) licenciamento ambiental transparente à sociedade civil

b) unidades de conservação a partir das necessidades e consultas locais

c) fortalecimento dos órgãos colegiados (COMPAM, COMPLAD, etc)

d) regulamentação ambiental com canais formais e informais de consulta popular

##### 4.2.4.4) Cooperação, coordenação e fortalecimento da ação institucional

a) parceria público-privado para reposição florestal e criação de UC's (RPPN...)

b) estruturação de pessoal e de estrutura para o órgão ambiental local

c) cooperação sistemática com a área de planejamento urbano

d) integração e influência da estrutura local nos órgãos de pesquisa localizadas na região, a fim de criar uma diretriz regional de pesquisa

e) rede de órgãos ambientais locais, estaduais e nacional

#### 4.2.4.5) Instrumento de regulação

- a) regulamentar a legislação local com participação das estruturas acadêmicas e consulta popular
- b) privilegiar o uso público ao privado dos espaços abertos, através do poder de policia administrativo
- c) combater o uso de transgênicos, aplicando a legislação ambiental
- d) estabelecer regulamentação para a redução do gasto e energia em todos os níveis, criando incentivos para os setores que economizam e/ou investem em fontes renováveis
- e) reforçar a campanha pela existência de um ICMS ecológico
- f) propor financiamento para o sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos, a fim de aplicar o principio do gerador-pagador e de investir na educação para a redução
- g) criar instrumento capaz de incentivar a redução da produção de resíduos e que desestimele a ocorrência de outras externalidades negativas
- h) beneficiar a produção que utiliza tecnologia limpa
- i) fortalecer a campanha pela regulamentação de uma região metropolitana que agregue outros municípios (Rio Grande, Turucu,...) e que tenha uma diretriz de planejamento para o desenvolvimento sustentável
- j) efetivar o fundo municipal de proteção e recuperação ambiental como hábil a financiar projetos demonstrativos de sustentabilidade (p/ associações, ongs...)

#### 4.2.5) Informação e conhecimento

##### 4.2.5.1) Desenvolvimento tecnológico e cooperação, difusão e transferência de tecnologia

- a) desenvolver tecnologias que estimulem agropecuária sustentável
- b) conceder alternativas de credito ao manejo sustentável
- c) aparelhar órgãos públicos para informatização de dados, contemplando cadastros e legislação, capacitação recursos humanos
- d) priorizar fontes de energia renováveis, promovendo a universalização do acesso, incentivando o saber local e resíduos regionais como fonte
- e) buscar informação dos estudos a nível nacional, direcionando aos órgãos de fiscalização ambiental
- f) desenvolver esforço coletivo entre setor produtivo e público
- g) promover a educação tecnológica continuada
- h) promover a inovação e adoção de tecnologias limpas

#### 4.2.5.2) Geração, absorção, adaptação e inovação do conhecimento

- a) criar mecanismos para estudar a dinâmica de espécies em desequilíbrio, possibilitando repovoamento de espécies nativas
- b) estimular o estudo sobre diversidade de ambientes naturais
- c) valorizar setores de coleções científicas
- d) difundir agricultura orgânica e suas variações, disponibilizando recursos para projetos e estudos
- e) promover debates aprofundados em relação aos OGM e suas implicações éticas
- f) estimular o conhecimento científico sobre pesca e suas interações ecossistêmicas
- g) promover a pesquisa, o desenvolvimento, a demonstração, a difusão e absorção do mercado em relação a fontes de energia
- h) ampliar a pesquisa e divulgar os resultados, relativos a qualidades nutricionais e restrições da flora brasileira e saúde alternativa
- i) promover GT multidisciplinares em relação ao planejamento urbano sustentável

#### 4.2.5.3) Informação para tomada de decisão

- a) adotar políticas públicas coerentes com princípios da sustentabilidade
- b) adotar novos indicadores ao contabilizar o PIB
- c) realizar levantamento do passivo ambiental, considerando todas etapas (elaboração, implantação e operação) de programas e projetos
- d) disponibilizar dados relativos a realidade local/regional em termos de infra-estrutura energética, comunicação, transporte, abastecimento e saneamento de águas
- e) efetuar avaliação crítica das políticas implementadas
- f) apoiar realização de investimentos das fontes de poluição, nos diferentes biomas do País, também o inventário biológico, ecológico e geológico da flora e da fauna do ecossistema internacional pampeano, principalmente na zona de transição da mata atlântica
- g) construir sistemas de informação que permitam identificar as condições de saúde da população do meio rural e urbano
- h) intervir nos processos de produção e consumo da cidade, adotando indicadores (saúde, etnia, gênero, cultura) capazes de orientar a as estratégias de desenvolvimento nacional e local
- i) realizar e difundir estudos periódicos sobre o acompanhamento Pré-Natal, bem como o estado nutricional infantil
- j) definir políticas e estratégias para ampliar o desenvolvimento de tecnologias de despoluição, reciclagem e recuperação de ambientes

#### 4.2.5.4) Promoção da capacitação e conscientização para a sustentabilidade

- a) implementar campanhas educativas e programas de melhoria das condições socioeconômicas

das comunidades que sobrevivem de comercio ilegal

b) propiciar capacitação de agricultores e comunidade em geral, propagando conhecimentos relativos a sistemas alternativos ecológicos em substituição aos convencionais

c) realizar programas de capacitação do quadro profissional técnico-administrativo, em todos os setores da Prefeitura Municipal, baseado nos princípios da sustentabilidade (em especial professores)

d) adotar campanhas governamentais permanentes de conscientização quanto a obrigação das empresas no tocante a correta destinação dos resíduos, bem como aplicar a legislação vigente

e) capacitar os cidadãos para formas de trabalho cooperativo, através de praticas sustentáveis, bem como difundir as experiências já existentes

f) realizar e divulgar publicamente, utilizando-se dos meios de comunicação, estudos sobre o impacto das ações governamentais, não-governamentais e setor privado

g) adotar no ambiente escolar publico e privado tecnologias limpas e ambientalmente corretas

**4.3) Cronograma** – a ser executado por comissão local (pode ser a mesma do COMPAM)

Maio 2002 – Lançamento do debate público sobre a construção da Agenda (Congresso da Cidade)

Julho 2002 a Dezembro 2003 – Debate na comunidade em geral e escolar

Janeiro 2004 a Abril 2005 - Síntese dos debates realizados

Julho 2004 – Lançamento Agenda 21 Local

**4.4) Orçamento** – projeto a ser detalhado e enviado ao FNMA

Seminários – R\$ 30.000,00

Veículos – R\$ 30.000,00

Equipamentos R\$ 10.000,00

Publicação R\$ 150.000,00

Terceiros R\$ 30.000,00

## **8.5 – ANEXO 5 – QUESTIONÁRIO GUIA**

**Abaixo se apresentam as cinco questões temáticas com suas principais diretrizes que deverão direcionar as ações da Agenda 21 local. Pede-se que o (a) senhor(a) leia atentamente cada coluna individualmente e dê sua opinião sobre as principais diretrizes de cada uma das dimensões temáticas da Agenda 21.**

**De todos os sub-itens abaixo expostos gostaríamos que você desse, por item (Geo-Ambiental, Econômico, Social, Político-Institucional, e Acesso à Informação), uma nota de 1 a 5 priorizando os que no seu entendimento são os mais importantes.**

**(1 – Indispensável, 2 – Muito Importante, 3 – Importante, 4 – Relativa Importância, 5 – Pouca Importância).**

### **1 GEO-AMBIENTAL**

1.1. Proteger e conservar os rios, lagoas e riachos para aumentar a disponibilidade de água potável. ( )

1.2. Desenvolver ações para evitar enchentes e cheias na zona urbana, e planejamento urbano evitando ocupação de áreas de banhados ou alagadiços, de forma a reduzir as pressões sobre o ambiente natural. ( )

1.3. Investir no tratamento e expansão da rede de esgotos. ( )

1.4. Uso sustentável, conservação e proteção dos recursos naturais, como nascentes, mananciais, matas ciliares e manejo do solo, incentivando práticas agrícolas sustentáveis. ( )

1.5. Investir em tratamento e destinação adequados dos resíduos sólidos (lixo), com a implantação da coleta seletiva. ( )

## **2 SOCIAL**

2.1. Implementar medidas de redução das desigualdades sociais e de combate à miséria. ( )

2.2. Proporcionar moradias adequadas, através de sistema de crédito habitacional. ( )

2.3. Reduzir os riscos à saúde, através do controle da poluição, doenças contagiosas e zoonoses, valorizando a medicina preventiva. ( )

2.4. Organizar núcleos de educação ambiental, valorizando experiências sociais e ambientais economicamente sustentáveis. ( )

2.5. Promover atividades de esporte e lazer, proporcionando qualidade de vida. ( )

## **3 ECONÔMICO**

3.1. Criar mecanismos de mudanças nos hábitos de consumo individual, estimulando a reutilização, redução e a separação de resíduos de origem doméstica e industrial. ( )

3.2. Promover e incentivar o aumento na produção de alimentos orgânicos (sem produtos químicos) e não modificados geneticamente (transgênicos). ( )

3.3. Facilitar a criação de associações e cooperativas, como instrumentos de geração de renda e trabalho, capacitando os cidadãos para o trabalho cooperativo, e priorizando a economia popular solidária. ( )

3.4. Adotar sistemas produtivos que preservem os recursos naturais, priorizando a utilização de matérias-primas alternativas ou recicladas nos processos industriais. ( )

3.5. Implementar política de desenvolvimento tecnológico, valorizando a produção artesanal e a diversidade ambiental e cultural. ( )

## **4 POLÍTICO INSTITUCIONAL**

4.1. Integração, democratização e regulação das políticas e leis direcionadas ao desenvolvimento sustentável. ( )

4.2. Promoção de fóruns do governo local, incentivando projetos que visem o desenvolvimento sustentável. ( )

4.3. Orçamento participativo deve atuar como articulador de demandas ambientais. ( )

4.4. Efetivar o fundo municipal de proteção e recuperação ambiental, com a finalidade de

financiar projetos com vistas à sustentabilidade. Reforçando a campanha pela existência de um ICMS ecológico. ( )

4.5. Promover a Educação Ambiental, a nível municipal realizando seminários e debates permanentes, sobre a realidade social e ambiental local, com o objetivo de conscientizar a comunidade em geral. ( )

## **5 ACESSO À INFORMAÇÃO**

5.1. Incentivar e promover a implantação de programas de qualificação permanente de servidores públicos municipais. ( )

5.2. Propiciar a capacitação de agricultores e comunidade em geral, propagando conhecimentos relativos a sistemas alternativos ecológicos. ( )

5.3. Adotar campanhas governamentais permanentes de conscientização ecológica. ( )

5.4. Incentivar e promover programas que garantam os equipamentos necessários e o acesso aos novos meios de comunicação (computador, Internet, etc). Promovendo educação tecnológica continuada. ( )

5.5. Garantir o acesso e a permanência dos jovens a todos os níveis de ensino, e promover programas de combate ao analfabetismo. Implementando campanhas educativas e programas de melhoria das condições socioeconômicas. ( )

Dos sub-itens que você selecionou anteriormente como mais importantes, selecione 5 que no seu entendimento devem ser priorizados, de acordo com a pontuação anteriormente dada a cada um:

- 1- \_\_\_\_\_
- 2- \_\_\_\_\_
- 3- \_\_\_\_\_
- 4- \_\_\_\_\_
- 5- \_\_\_\_\_

**Este espaço é reservado a sugestões. Escreva aqui o que você acredita que deve ser uma prioridade ou meta para Pelotas e que deva ser incluído na pauta da Agenda 21 Local:**

## **9 - REFERÊNCIAS**

**AGENDA 21** Brasileira – Bases para discussão / por Washington Novaes (Coord.) Otto Ribas e Pedro da Costa Novaes. Brasília MMA/PNUD 2000.

**AGENDA 21** local – Experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil/ [Klaus Hermanns, Miguel Macedo] – Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

**CONFERÊNCIA** das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. – 3.ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

**CONSTRUINDO** a agenda 21 Local. 2.ed.rev. e atual. Brasília: MMA, 2003.

**GONÇALVES**, Carlos Walter Porto. Os (des) caminhos do meio ambiente. 6.ed. –

São Paulo: Contexto, 1998.

**NOVAES**, Washington. *Caderno de debate Agenda 21 e Sustentabilidade*. Brasília MMA, 2003.

**RAMB 2002**, Relatório Anual de Qualidade Ambiental do Município de Pelotas. Pelotas: Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental/ RS, 2002.

**SULZBACH**, L.M. Educação Ambiental como um Processo de Resgate à Vida. In: REIGOTA, M., ESMÈRIO, M., (org). **Um Olhar Sobre a Educação Ambiental**. 1. ed. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação/ RS, 2002.